

# BALANÇO DAS FINANÇAS PÚBLICAS 2015



**PREFEITURA  
PORTO  
ALEGRE**



Foto: Cristine Rochol

# UM EQUILÍBRIO DURAMENTE CONQUISTADO

O Brasil vive um dos períodos mais difíceis de sua história, não apenas politicamente, mas especialmente, em termos econômicos. A crise que atinge a todos, municípios, estados e União – e que deve se agravar nesse exercício – foi encarada com planejamento e esforço permanente, o que nos permitiu assegurar índices acima da média das demais capitais brasileiras.

Enfrentar o cenário desfavorável e manter um desempenho positivo foi o desafio que assumimos e que nos levou a adotar medidas focadas no equilíbrio financeiro. Seguimos o planejado e fomos bem sucedidos na política estabelecida. Como resultado, Porto Alegre encerrou 2015 com resultado positivo de R\$ 231,2 milhões, logrando êxito diante das adversidades.

Como já havia acontecido em anos anteriores, a Capital gaúcha superou os percentuais exigidos pela Constituição Federal na aplicação de recursos, tanto na área da Saúde quanto da Educação. Foram destinados à Saúde R\$ 620,9 milhões, 20,85% dos impostos e transferências, quando a exigência

Constitucional é de 15%. Para a Educação foram R\$ 829,1 milhões, índice de 27,73%, bem acima dos 25% definidos pela Constituição.

O cenário macroeconômico, porém, aponta para uma crise sem precedentes ao longo deste ano. Daremos prioridade à manutenção do equilíbrio das contas, para atravessarmos esse período sem grandes sobressaltos e podermos honrar o nosso compromisso com a cidade.

A apresentação do Balanço Geral de Porto Alegre do ano de 2015 permite demonstrar, da forma mais transparente possível, a real situação do município e dos esforços realizados no sentido de investir em melhorias na cidade. Sem, com isso, abrir mão de uma prestação de serviços de qualidade ao cidadão, ao fim e ao cabo, a nossa missão.

**José Fortunati**  
**Prefeito de Porto Alegre**



# ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Integram o Balanço Consolidado os poderes Legislativo e Executivo municipais. Neste último estão incluídos os seguintes órgãos:

## ADMINISTRAÇÃO DIRETA:

- Gabinete do Prefeito
- Procuradoria - Geral do Município – PGM
- Departamento de Esgotos Pluviais – DEP
- Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer- SME
- Secretaria Municipal de Segurança – SMSEG
- Secretaria Municipal de Direitos Humanos – SMDH
- Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico e Orçamento – SMPEO
- Secretaria Municipal da Cultura – SMC
- Secretaria Municipal da Administração – SMA
- Secretaria Municipal da Fazenda – SMF
- Secretaria Municipal de Obras e Viação – SMOV
- Secretaria Municipal de Educação – SMED
- Secretaria Municipal de Produção, Indústria e Comércio – SMIC
- Secretaria Municipal dos Transportes – SMT
- Secretaria Municipal de Saúde – SMS
- Secretaria Municipal de Urbanismo – SMURB
- Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SMAM
- Secretaria Municipal de Governança Local – SMGL
- Secretaria Municipal da Juventude – SMJ
- Secretaria Municipal de Acessibilidade e Inclusão Social – SMACIS
- Secretaria Municipal de Turismo – SMTUR
- Secretaria Especial dos Direitos Animais – SEDA
- Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego – SMTE
- Secretaria Municipal de Gestão - SMGES

## ADMINISTRAÇÃO INDIRETA:

- Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB
- Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE
- Departamento Municipal de Limpeza Urbana – DMLU
- Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC
- Departamento Municipal de Previdência de Servidores Públicos do Município de Porto Alegre – PREVIMPA

## NOTA:

Embora não integrem o Balanço Consolidado, por estarem sujeitas a regulamentos próprios, é importante mencionar três empresas sob o controle do município que também executam políticas públicas:

- Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC
- Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre - PROCEMPA
- Companhia Carris Porto Alegrense
- Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família - IMESF

# QUALIDADE DA GESTÃO E RESPONSABILIDADE FISCAL

Apesar da crise econômica que afeta todo o país, o balanço das finanças da Prefeitura de Porto Alegre em 2015 manteve-se positivo, com resultado orçamentário de R\$ 231,2 milhões e primário de R\$ 63,5 milhões, garantindo o equilíbrio das contas municipais.

O grande diferencial de Porto Alegre foi a adoção do modelo de gestão, com a utilização de ferramentas como os contratos de gestão que estabelecem metas para cada órgão municipal, revisadas mensalmente. Além disso, o trabalho do Comitê Gestor de Segunda Instância, que analisa semanalmente todos os pedidos de despesas e investimentos, garantiu uma macro visão da cidade e não somente de uma ou outra secretaria. Essas ferramentas têm permitido que a tomada de decisões no âmbito da administração municipal seja mais precisa e eficiente.

Outro fator importante de responsabilidade fiscal foi a modernização da Secretaria Municipal da Fazenda, que possibilitou a dinamização de projetos, permitindo que novas medidas fossem adotadas, como a criação da Central de Licitações, a campanha de premiação da Nota Fiscal Eletrônica, a atualização do cadastro imobiliário, realização do Refis, a melhoria na eficiência da cobrança da dívida ativa, mediante a implementação sistemática de protestos, bem

como a inscrição no Serasa. Implantamos, ainda, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, observando as Normas Internacionais de Contabilidade, fator fundamental para a realização de novos empréstimos e para o recebimento de repasses da União e do Estado.

Foi realizado um esforço conjunto de todas as secretarias para que o município pudesse equalizar as finanças, assim como foi feito em 2014, e alguns investimentos tiveram que ser cortados. O equilíbrio nas finanças é fator fundamental para que a cidade continue buscando financiamentos e recursos externos para investir, e é o que faremos em 2016.

Estamos potencializando recursos sem provocar aumentos de tributos, e priorizando o equilíbrio entre receitas e despesas sem reduzir a qualidade dos serviços prestados à população. Ao encerrar o ano de 2015 com equilíbrio nas finanças, a prefeitura reafirma seu compromisso com a cidade, e projeta um ano de dificuldades, mas também de busca constante por melhores resultados.

**Jorge Tonetto**  
Secretário Municipal da Fazenda



# SUMÁRIO

## APRESENTAÇÃO .....03

## PRESTAÇÃO DE CONTAS

# 07



Contas em Equilíbrio .....	08
A Transparência em Porto Alegre .....	09
Resultado Orçamentário.....	10
Composição da Receita em 2015.....	12
Composição da Despesa em 2015.....	13
Origem dos Recursos.....	14
Receitas Correntes.....	16
Evolução das Receitas Próprias – Tributárias.....	17
Reestruturação da Secretaria Municipal da Fazenda .....	18
Evolução das Demais Receitas Próprias.....	21
Evolução das Receitas de Terceiros.....	22
Principais Transferências.....	23
Receitas de Capital - 2015.....	25
Controladoria Geral do Município.....	26

Destino de Recursos.....	27
Despesas por Natureza dos Gastos - 2015.....	28
Investimentos.....	29
Despesas por Função de Governo.....	30
Síntese de Origens e Comprometimento de Recursos do Exercício de 2015.....	32

## GESTÃO FISCAL

# 35

Receita Corrente Líquida.....	36
Despesas com Pessoal.....	37
Poder Legislativo .....	38
Saúde.....	39
Ensino.....	40
Dívida Consolidada Líquida.....	41
Resultado Nominal.....	42
Resultado Primário.....	43

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....44

Balanço Orcamentário.....	45
Balanço Financeiro.....	47
Balanço Patrimonial.....	48
Demonstração das Variações Patrimoniais.....	49
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	50
Siglas.....	51
Conceitos.....	52
Expediente.....	53

# PRESTAÇÃO DE CONTAS

---

# CONTAS EM EQUILÍBRIO

Foto: Cristine Rochal



O município de Porto Alegre manteve resultado positivo em 2015 em R\$ 231,2 milhões, repetindo o equilíbrio nas contas públicas apresentado em 2014, quando registrou R\$ 298,1 milhões, em valores atualizados pelo IPCA. A receita consolidada foi de R\$ 5,6 bilhões, com uma redução de 7,9%. Já as despesas empenhadas foram de R\$ 5,4 bilhões, com redução de 7,1%.

A crise econômica foi enfrentada com planejamento baseado em contratos de gestão, e com a utilização de mecanismos cada vez mais eficientes como a nota fiscal de serviços eletrônica e a atualização do cadastro de imóveis. Dessa forma foi possível assegurar índices acima da média das demais capitais brasileiras.

A capital gaúcha superou os percentuais exigidos pela Constituição Federal de aplicação de recursos nas áreas da Saúde e Educação. Na Saúde, foram aplicados R\$ 620,9 milhões ou 20,85% dos impostos e transferências, quando a exigência Constitucional é de 15%. Já para a Educação foram destinados R\$ 829,1 milhões, representando 27,73% diante dos 25% definidos pela Constituição. Além dessas duas áreas, outras que receberam maior repasse de recursos foram: urbanismo, R\$ 172,4

milhões; saneamento, R\$ 804 milhões; e habitação, R\$ 102,3 milhões.

O resultado primário positivo que chegou a R\$ 63,5 milhões também assegura o acesso a fontes externas. O município recuperou a capacidade de buscar recursos para investimentos, que em 2016 devem chegar a R\$ 700 milhões.

O cenário macroeconômico aponta para um ano de dificuldades e iniciar 2016 com as contas em dia permitirá ao Executivo administrar os recursos dando prioridade à manutenção do equilíbrio financeiro.

O Balanço Geral do Município de Porto Alegre de 2015, elaborado dentro das normas que regem o tema, apresenta de forma transparente os esforços realizados pela Prefeitura em investir em melhorias na cidade e manter serviços de qualidade prestados aos cidadãos. Os dados têm como fonte os sistemas de Contabilidade (CTB NBCASP), Controle de Arrecadação Municipal (CAM) e Despesa Orçamentária (SDO).



# A TRANSPARÊNCIA EM PORTO ALEGRE

Em 2015, Porto Alegre avançou ainda mais na transparência das contas públicas, dando mais um importante passo na consolidação da cultura da transparência e do controle social no município por meio do aperfeiçoamento e da melhoria contínua dos seus processos, com reconhecimento de órgãos externos que monitoram a qualidade e a abrangência dos dados.

A capital gaúcha segue a premissa de disseminar, comunicar e dar transparência às ações do governo e aos processos de gestão, tanto para o público interno quanto para a sociedade. Um dos instrumentos que sintetiza esse trabalho é o Portal Transparência e Acesso à Informação, que tem como princípio básico promover e garantir, em linguagem clara e objetiva, o acesso à informação ao cidadão sobre as origens e aplicações dos recursos públicos municipais. O conteúdo do site está disponível em seções, agrupadas por assuntos semelhantes, como receitas e despesas em tempo real, licitações, convênios e contratos, diárias e passagens, quadro de pessoal e folha de pagamento, entre outras.

## TRANSPARÊNCIA EM NÚMEROS

Nos últimos cinco anos, houve aumento significativo do número de acessos ao Portal Transparência e de pedidos de informações pela sociedade. Concomitantemente, também ocorreram ampliação e qualificação das informações geradas.

Em dezembro de 2015, o Portal registrou 1,1 milhão de visitas desde sua criação, em 2010. Ao todo, 9,9 milhões de páginas foram visualizadas nesse período. Mais de 525 mil diferentes pessoas utilizaram

o sistema, dos quais em torno de 55% são usuários recorrentes, ou seja, conectaram-se ao portal mais de uma vez.

Acessado em todos os continentes, em 96 países, o Brasil é o local de onde são originárias 98,96% das navegações, seguido por Estados Unidos, Argentina, Portugal, Espanha, Reino Unido, Índia, Alemanha, França e Uruguai. Em relação às cidades, há registro de utilização em 1,9 mil municípios ao redor do mundo, onde Porto Alegre representa 78,85% das navegações.

## RECONHECIMENTO E PREMIAÇÕES

Nota máxima no Ranking Nacional dos Portais da Transparência, realizado pelo Ministério Público Federal (MPF), sendo considerada a capital brasileira mais transparente do Brasil.

Primeiro lugar no Prêmio Boas Práticas de Transparência na Internet concedido pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS), atingindo a melhor pontuação entre os 497 municípios gaúchos pelo segundo ano consecutivo.

Classificação de cidade com alto nível de transparência no Ranking Cidade Transparente. A pesquisa foi iniciativa do Instituto Ethos e da Amarribo Brasil, em conjunto com outras 12 entidades da sociedade civil.

## Em 2015, Porto Alegre avançou ainda mais na transparência das contas públicas.



# RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

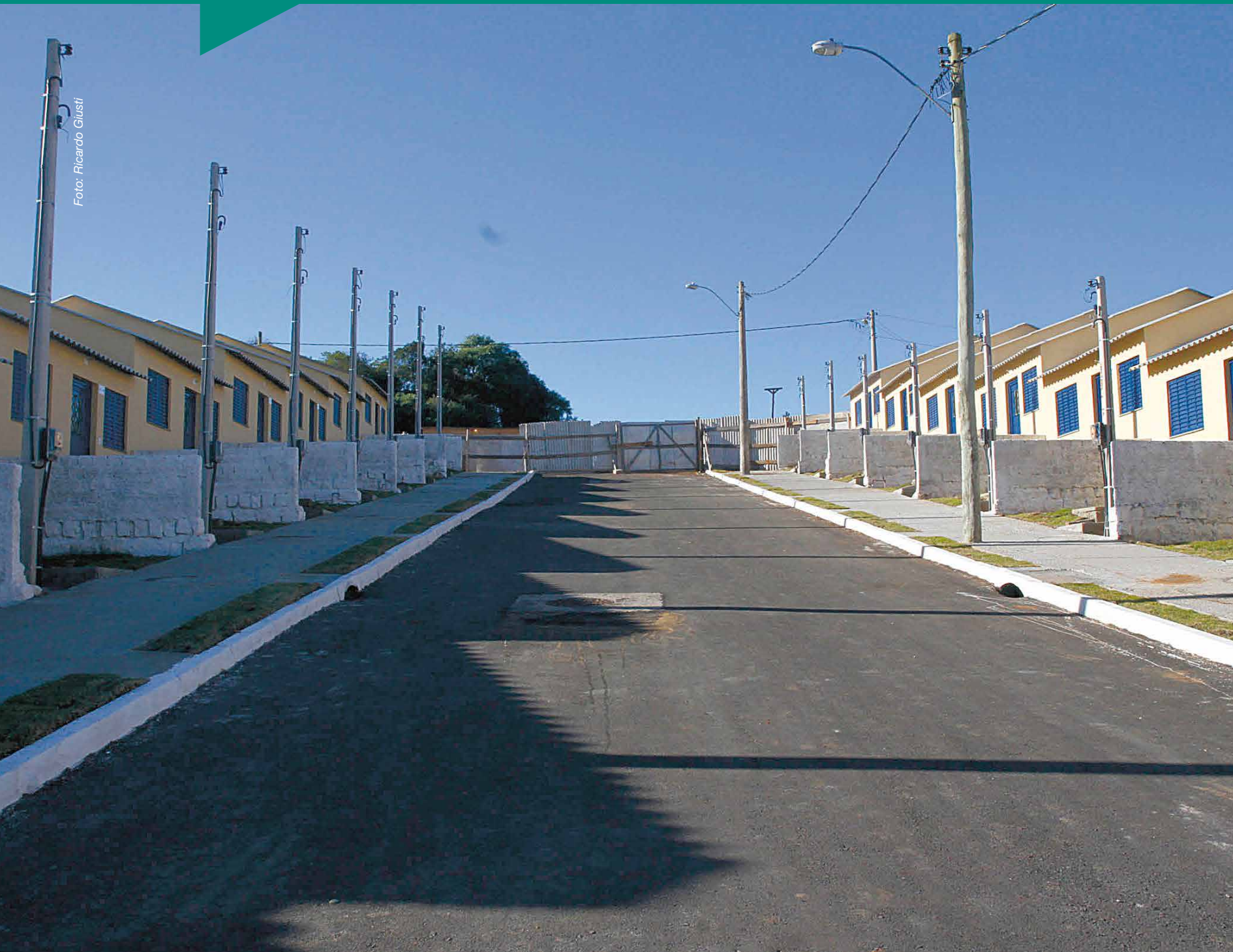
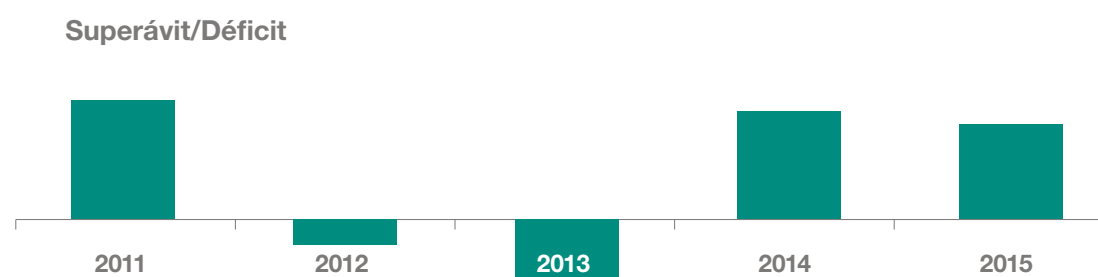
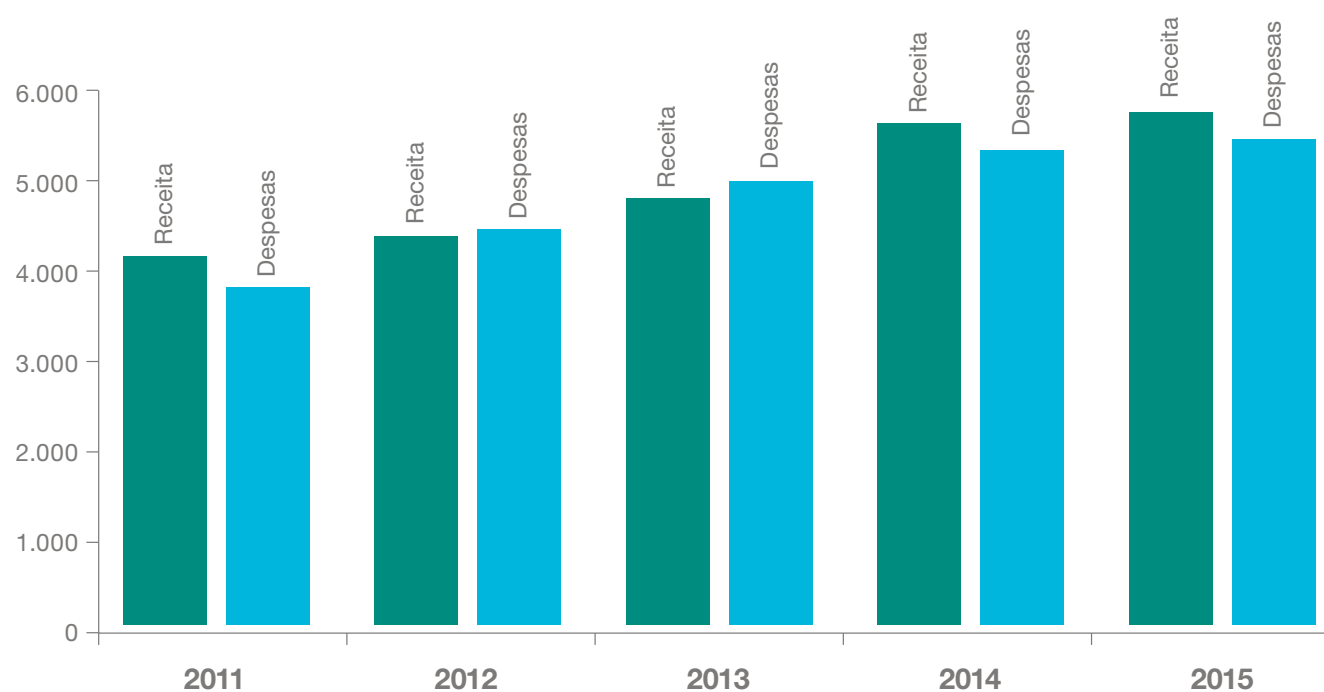


Foto: Ricardo Giusti

O orçamento da Prefeitura para 2015, proposto pelo Executivo e aprovado pela Câmara Municipal, foi de R\$ 6,175 bilhões. A receita arrecadada chegou a R\$ 5,661 bilhões, o que representa a execução de 91,67% da previsão orçamentária.

Mesmo diante de um cenário econômico desfavorável, a Prefeitura encerrou o exercício com resultado orçamentário positivo de R\$ 231,2 milhões de reais.

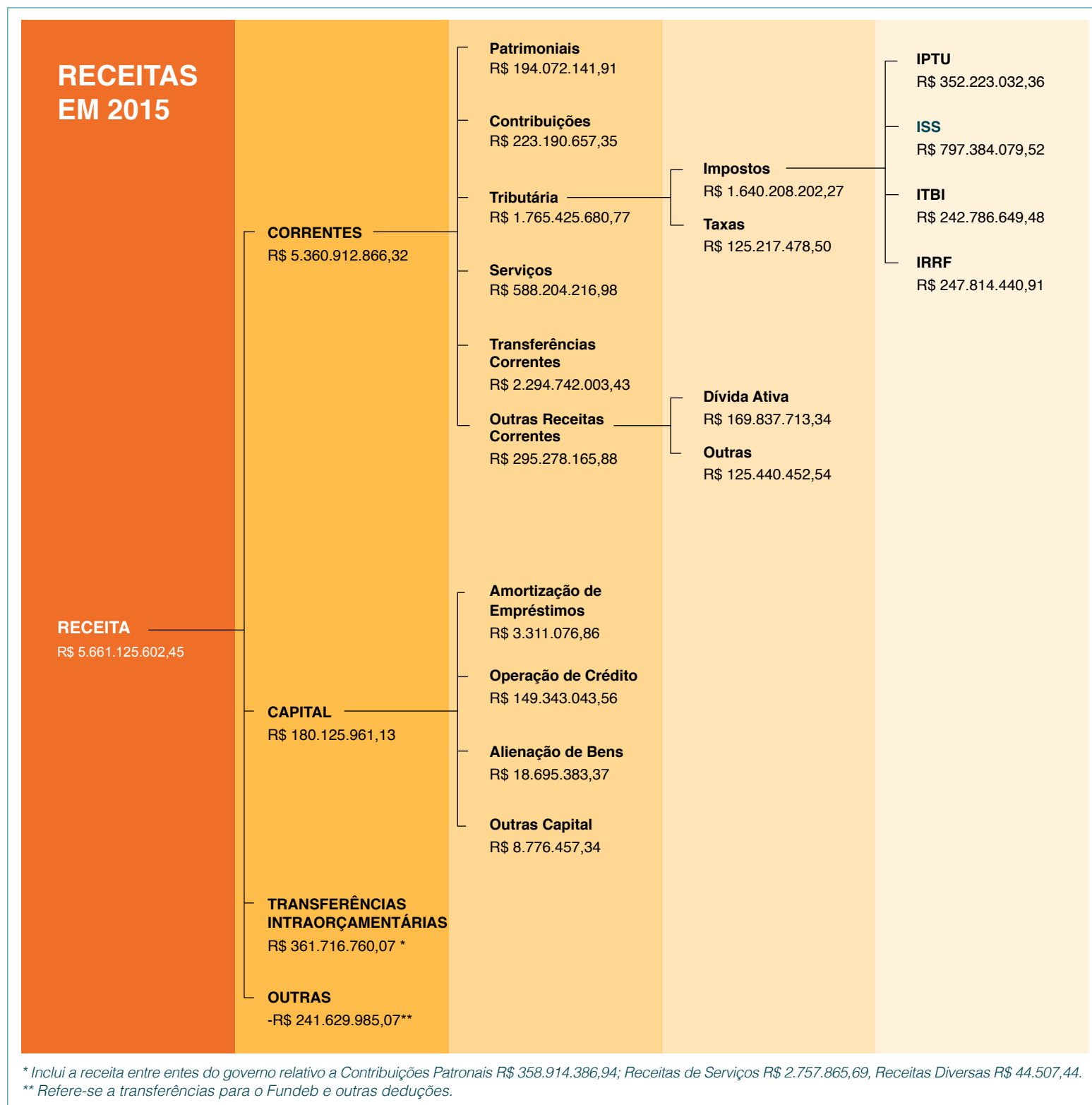
Nas páginas que seguem, os diagramas apresentam a composição das receitas e das despesas por categoria econômica, com os respectivos valores referentes ao exercício financeiro de 2015 e o comparativo com exercícios anteriores.



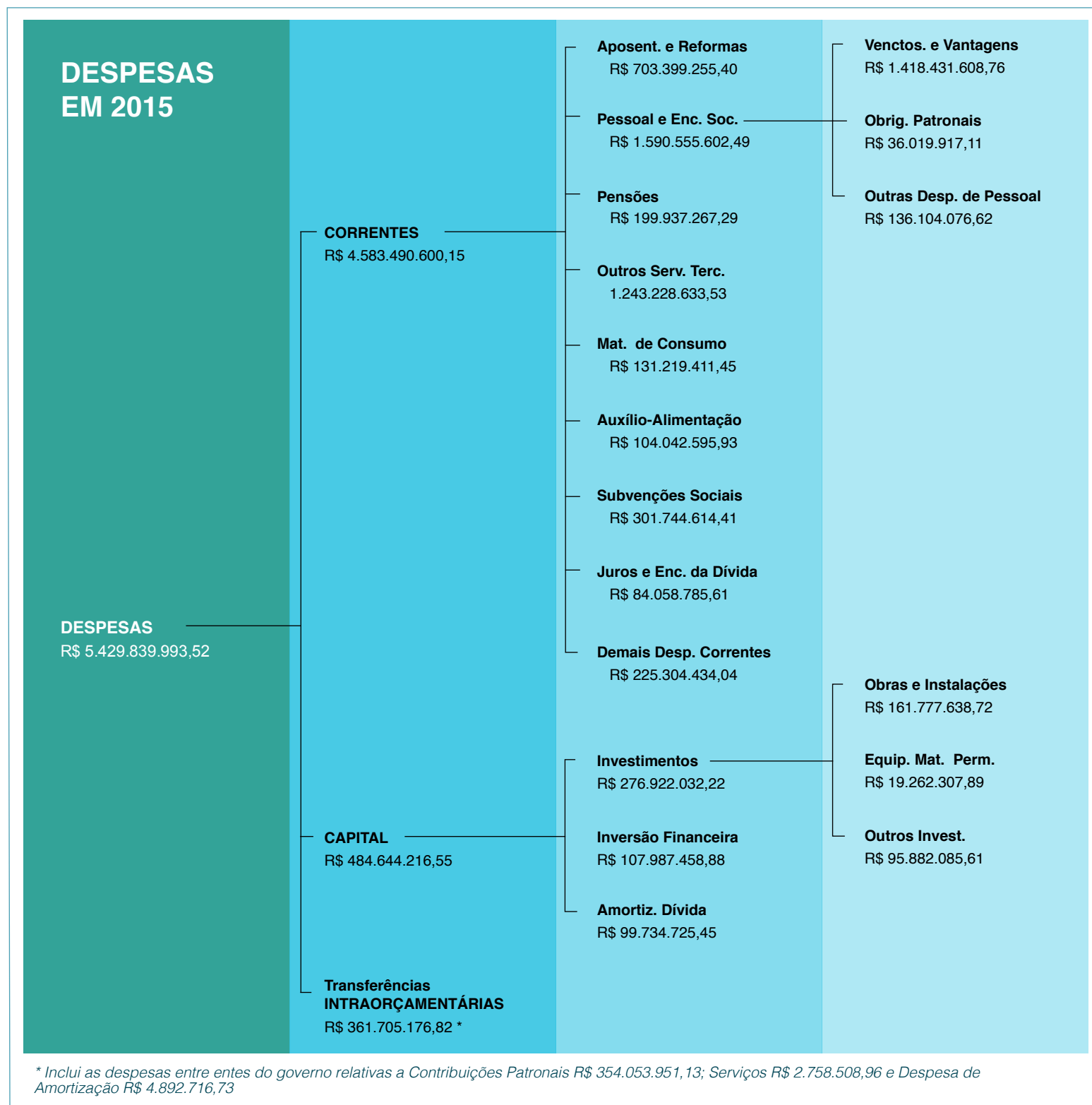
Valores Nominais (Em mil R\$)	2011	2012	2013	2014	2015
Receita	4.131.147	4.342.727	4.706.909	5.554.437	5.661.125
Despesas	3.837.765	4.402.255	4.856.089	5.285.049	5.429.840
Superávit/Déficit	293.382	-59.528	-149.179	269.388	231.285

Valores Corrigidos (Em mil R\$)	2011	2012	2013	2014	2015
Receita	5.453.449	5.416.505	5.543.091	6.147.290	5.661.125
Despesas	5.066.161	5.490.752	5.718.773	5.849.149	5.429.840
Superávit/Déficit	387.288	-74.247	-175.681	298.141	231.285

# COMPOSIÇÃO DA RECEITA EM 2015



# COMPOSIÇÃO DA DESPESA EM 2015



# ORIGEM DE RECURSOS

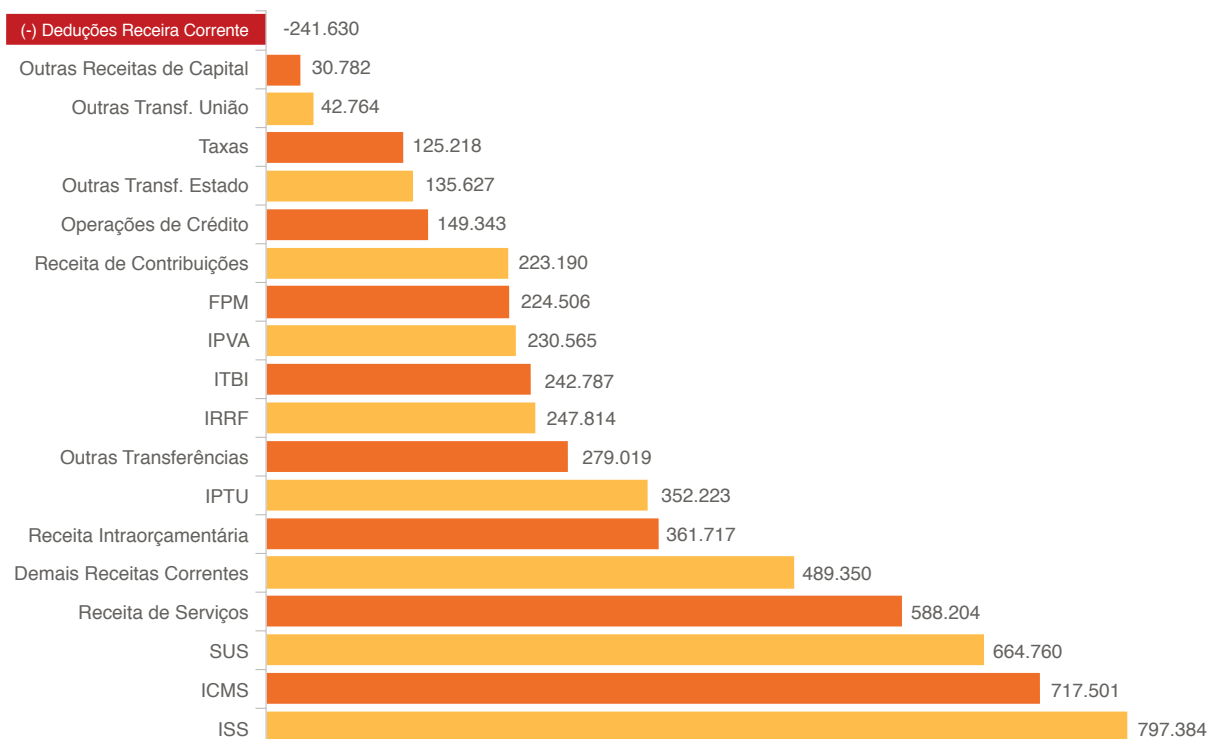


A receita total da Prefeitura cresceu nominalmente em 1,9% em 2015, na comparação com 2014.

Analisando a arrecadação por itens individualizados, segregada, somente a arrecadação das receitas tributárias (ISS, IPTU, ITBI, IRRF e Taxas) foi responsável por 31,19% da receita total, acompanhada pelas transferências do Estado e da União que

contribuíram 19,14% e 16,46%, respectivamente, com o montante da receita no exercício de 2015.

Os quadros e gráficos apresentam a composição da receita, e os próximos itens apresentam a sua evolução nos exercícios de 2011 a 2015.



RECEITAS ARRECADADAS		(COMPARAÇÃO DA RECEITA - 2014 E 2015)		percentual 2014/2015
Em mil R\$		2014	2015	
<b>Receita Corrente</b>		<b>5.057.163</b>	<b>5.360.912</b>	6,01%
Receitas Tributárias:		1.682.295	1.765.426	4,94%
	IPTU	337.744	352.223	4,29%
	IRRF	225.993	247.814	9,66%
	ITBI	249.365	242.787	-2,64%
	ISS	748.071	797.384	6,59%
	Taxas	121.122	125.218	3,38%
Receita de Serviços		514.559	588.204	14,31%
Receita de Contribuições		198.162	223.190	12,63%
Transferências Correntes:		2.219.562	2.294.742	3,39%
Transferência da União		888.430	932.030	4,91%
	FPM	212.378	224.506	5,71%
	SUS	626.934	664.760	6,03%
	Outras Transf. União	49.118	42.764	-12,94%
Transferência do Estado		1.057.268	1.083.693	2,50%
	ICMS	687.189	717.501	4,41%
	IPVA	209.623	230.565	9,99%
	Outras Transf. Estado	160.456	135.627	-15,47%
Outras Transferências		273.864	279.019	1,88%
Demais Rec. Correntes		442.585	489.350	10,57%
<b>Receita de Capital</b>		<b>385.135</b>	<b>180.126</b>	-53,23%
	Operações de Crédito	234.578	149.343	-36,34%
	Outras Receitas de Capital	150.557	30.782	-79,55%
<b>Receita Intraorçamentária</b>		<b>336.482</b>	<b>361.717</b>	7,50%
<b>( - ) Deduções da Receita Corrente</b>		<b>-224.343</b>	<b>-241.630</b>	7,71%
<b>RECEITA TOTAL</b>		<b>5.554.437</b>	<b>5.661.125</b>	1,92%

# RECEITAS CORRENTES

Foto: Betina Caruchinski

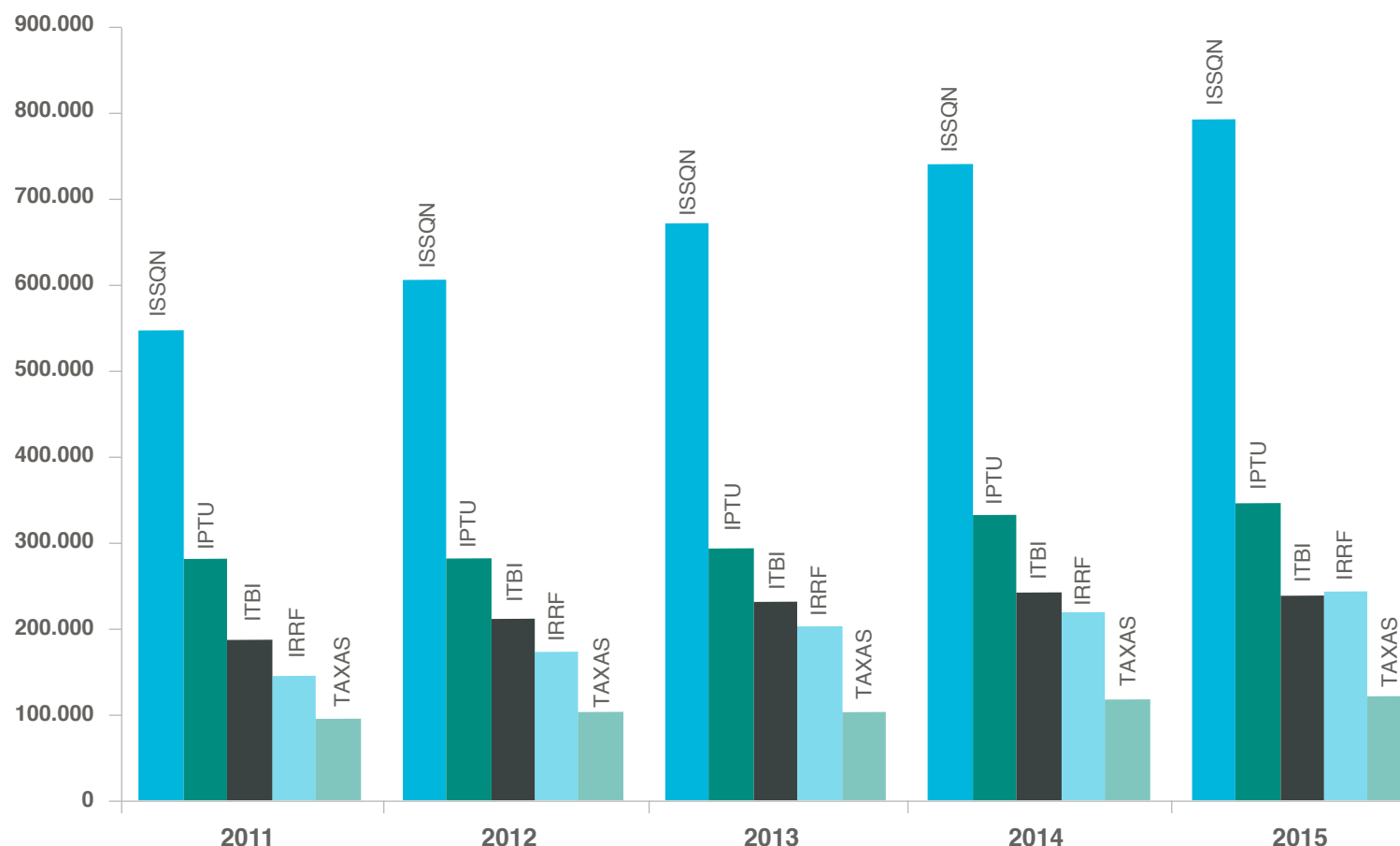


As receitas tributárias tiveram um incremento nominal em 2015 de 4,94% em relação ao ano anterior. Porém, em termos reais, considerando o IPCA acumulado em 12 meses de 10,67% do ano

de 2015, houve uma variação negativa de 5,18% em 2015 em relação a 2014.



# EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS - TRIBUTÁRIAS



Valores Nominais (Em mil R\$)	2011	2012	2013	2014	2015
ISSQN	R\$ 556.058	R\$ 610.512	R\$ 675.508	R\$ 748.071	R\$ 797.384
IPTU	R\$ 287.061	R\$ 282.418	R\$ 299.774	R\$ 337.744	R\$ 352.223
ITBI	R\$ 188.668	R\$ 214.123	R\$ 236.403	R\$ 249.364	R\$ 242.787
IRRF	R\$ 151.365	R\$ 177.194	R\$ 206.576	R\$ 225.993	R\$ 247.814
Taxas	R\$ 99.610	R\$ 103.686	R\$ 108.097	R\$ 121.121	R\$ 125.218

Valores Corrigidos (Em mil R\$)	2011	2012	2013	2014	2015
ISSQN	R\$ 734.042	R\$ 761.467	R\$ 795.512	R\$ 827.916	R\$ 797.384
IPTU	R\$ 378.944	R\$ 352.248	R\$ 353.029	R\$ 373.793	R\$ 352.223
ITBI	R\$ 249.057	R\$ 267.067	R\$ 278.400	R\$ 275.980	R\$ 242.787
IRRF	R\$ 199.814	R\$ 221.007	R\$ 243.274	R\$ 250.114	R\$ 247.814
Taxas	R\$ 131.493	R\$ 129.323	R\$ 127.300	R\$ 134.049	R\$ 125.218

# REESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA



Para aprimorar o gerenciamento e o desempenho da administração fazendária, ampliando o ingresso de receita e o controle do gasto público, a Secretaria Municipal da Fazenda reestruturou suas áreas em 2015. A nova estrutura criou a Central de Licitações, a Superintendência da Tecnologia da Informação, o Tesouro Municipal e a Receita Municipal, e qualificou a Controladoria-Geral do Município. Com a reestruturação da administração tributária, foi possível ampliar o trabalho das equipes de arrecadação e fiscalização, garantindo aumento de receita sem majoração de tributos.

## NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA

A Nota Legal Porto Alegre, implantada em novembro de 2014 com a obrigatoriedade de adesão até abril de 2015, já conta com 19 mil contribuintes credenciados, resultando na emissão de mais de 10 milhões de NFS-e. No mês de dezembro a prefeitura realizou o 1º sorteio da Nota Legal Porto Alegre, com a distribuição de 206 prêmios no valor total de R\$ 50 mil.

## RECADASTRAPOA

Mais de 55 mil imóveis foram visitados em 2015, contabilizando R\$ 35 milhões em tributo lançado, dos quais 63% já foram negociados. Novas áreas foram iniciadas no cadastramento, sendo que já foram criadas 6.300 inscrições imobiliárias. O RecadastraPOA é a etapa final do programa de aerolevantamento, iniciado em 2010, e faz parte do projeto de modernização da base de dados urbanos da Capital. Compreende a atualização da base cartográfica do município, datada de 1903, além da renovação do cadastro imobiliário, que é de 1957. As informações atualizadas ajudarão a

prefeitura no planejamento urbano e futuras melhorias na cidade.

## REFISPOA

O projeto RefisPoa 2015, realizado nos meses de outubro e novembro, totalizou uma negociação de R\$ 112.162.106,22 de créditos tributários, e contou com a interação de todas as áreas da Receita Municipal, além das áreas de Atendimento, Tecnologia da Informação, Procuradoria Geral do Município e Procempa.

## PROTESTO E SERASA

Com foco na recuperação de créditos inscritos em dívida ativa, destaca-se a implantação da sistemática do Protesto, iniciado em maio de 2015, e que vem obtendo resultados significativos. Foram 315 Certidões de Dívida Ativa enviadas, R\$ 21,8 milhões protestados e R\$ 6 milhões já negociados. Também houve a primeira inclusão em massa de devedores de ISS no cadastro negativo da Serasa.

## INCENTIVOS FISCAIS

Em 2015 a Prefeitura manteve diversos incentivos fiscais, beneficiando diretamente com isenções e reduções de alíquota a população de baixa renda e os setores da economia que geram emprego. Tais incentivos foram definidos criteriosamente, em discussão com os setores envolvidos, de forma a criar oportunidade de crescimento da prestação de serviço, ampliar vagas de trabalho e viabilizar projetos e investimentos importantes para a população de Porto Alegre.

## DESENVOLVIMENTO DA TECNOLOGIA E DA REGIÃO DO 4º DISTRITO

Em 2015 foi aprovado o projeto de Lei do Executivo que concede redução do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) para os serviços de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de tecnologia da saúde e da economia criativa, em todas as regiões da cidade, e a isenção de IPTU e ITBI, por tempo determinado, aos imóveis utilizados por empresas de base tecnológica ou empresas inovadoras que venham se instalar nos bairros Floresta, São Geraldo, Navegantes, Humaitá e Farrapos. A região, entre outras características, tem localização geográfica privilegiada em relação ao acesso à cidade, é próxima ao Aeroporto, a universidades e a hospitais públicos e privados.

## PREGÃO

A Central de Licitações, área responsável pelas licitações de compras e serviços da administração centralizada e gerenciador do sistema de registro de preços para toda Administração Municipal, por meio da utilização do pregão, gerou economia aos cofres municipais na ordem de R\$ 123,6 milhões.

## LEILÃO DE ÍNDICES CONSTRUTIVOS PRÓ-MOBILIDADE

Com a venda pública, por leilões eletrônicos, dos índices de potencial construtivos, está sendo possível o autofinanciamento da cidade. No total do ano, dentro das regras definidas pelo Fundo Especial Pró-Mobilidade, foram aplicados R\$ 22.416.153,63 em projetos de Mobilidade Urbana, como nas Obras da Duplicação da Voluntários da Pátria, Trincheira da Anita Garibaldi, Viaduto da Bento Gonçalves, BRT Protásio Alves;

BRT Bento Gonçalves e BRT João Pessoa. E em Aquisições de Imóveis como para o traçado viário das Obras de Arte da Cristóvão Colombo, Ceará, Bento Gonçalves e Plínio Brasil Milano; para Duplicação da Av. Tronco, Prolongamento da Av. Severo Dullius e Duplicação da Voluntários da Pátria.

## LOJA DE ATENDIMENTO

A Secretaria da Fazenda investiu nos serviços prestados aos contribuintes, desenvolvendo ações de melhorias, como a utilização do SEI – Sistema Eletrônico de Informações, que proporcionou a realização de um maior número de serviços de forma eletrônica. Em 2015 foram 226.631 atendimentos presenciais e 214.178 atendimentos remotos, totalizando 440.809 atendimentos. A média diária de atendimentos foi de 900 presenciais, 700 por telefone e 150 por e-mail. Foram disponibilizados o protocolo eletrônico de serviços como solicitações de alteração e inscrições de ISSQN, consultas tributárias e alguns tipos de isenções. Além disso, atendeu os cidadãos que responderam aos grandes projetos da SMF de 2015, através da orientação, cadastramento e negociação referentes à NFSE, ao Refis e ao RecadastraPoa. Segundo a avaliação dos usuários, 99% dos atendimentos realizados na Loja de Atendimento foram considerados “ótimo” ou “bom”.

**Em 2015 a Prefeitura manteve diversos incentivos fiscais.**

## ÔNIBUS

O serviço público de transporte coletivo por ônibus permanece com a isenção de ISS, com o benefício que valerá até 31 de dezembro de 2016.

## MINHA CASA, MINHA VIDA

Manteve-se a isenção para empreendimentos destinados à população com renda de até três salários mínimos, com o objetivo de desonerar o custo final dos imóveis para a população de baixa renda.

## ITBI

Desde 2009, o município também isenta de ITBI nas aquisições de moradias pelo programa federal às famílias na faixa salarial de até seis salários mínimos. Milhares de famílias foram beneficiadas com a isenção. Em 2015, permanece o teto para o valor da estimativa fiscal do imóvel, definido em 55.000 UFM's. Em 2015, continua a isenção de ITBI para cooperativas, associações ou entidades privadas, sem fins lucrativos, habilitadas no Ministério das Cidades, nas aquisições de terrenos

destinados à construção de casa própria a famílias de baixa renda, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades que se enquadrem na Faixa I de que trata a Lei Federal nº 11.977.

## TAXISTAS

Os proprietários de um único taxi continuam contando com a isenção de ISS, a partir da solicitação. Milhares de taxistas estão sendo beneficiados com a isenção.

## IMÓVEIS RURAIS

Foi instituída a zona rural no Município, onde foi definida a abrangência da área rural de Porto Alegre com o benefício da não incidência do IPTU.

## IPTU DE TERRENOS

Excetuados da regra geral, segue mantida uma alíquota diferenciada de 0,95% se o projeto for de imóvel residencial e de 1,20% se de imóvel não residencial, para os terrenos com projeto arquitetônico aprovado. Para terreno em loteamento regular é assegurada uma alíquota de 0,2% pelo prazo de dois anos. O terreno cuja edificação não for concluída em virtude de falência do empreendedor ou de sua destituição por abandono de obra, tendo os adquirentes, em condomínio, assumido a conclusão da obra, mantém o benefício de lançamento do IPTU com a alíquota predial.

## UNIPOA

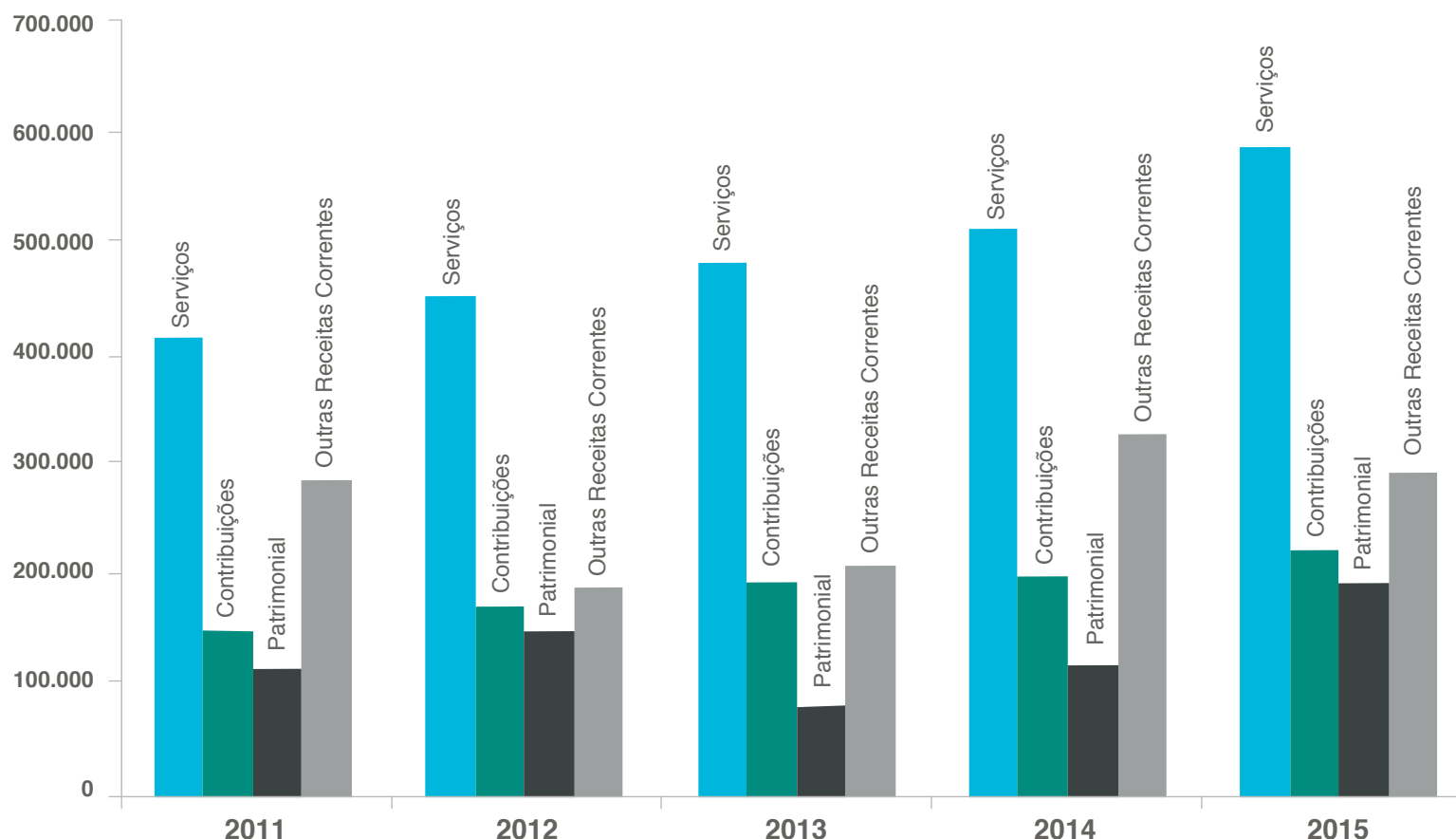
Foi mantida a redução de alíquota do ISS para estabelecimentos de educação superior que ofereçam cursos na área de tecnologia, quando disponibilizarem ao Município de Porto Alegre bolsas de estudo equivalentes a no mínimo 4% do número total de suas matrículas a serem destinadas a estudantes carentes. A alíquota praticada é de 2%.

## ATUALIZAÇÃO DA COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO E LANÇAMENTO

Foi realizado o recadastramento para atualização dos dados que constam nos Alvarás de Localização e Funcionamento das atividades econômicas licenciadas em Porto Alegre. Como benefícios, houve a correção do sistema de contribuição com o pagamento de taxas de acordo com a área e atividade do empreendimento, tornando o seu valor mais compatível com o porte do estabelecimento. A ação possibilitou a formação de um cadastro atualizado das empresas instaladas na cidade, permitindo um planejamento mais eficiente das políticas pública e agilidade na fiscalização dos locais irregulares, impedindo a instalação de estabelecimentos clandestinos ou ilegais.



# EVOLUÇÃO DAS DEMAIS RECEITAS PRÓPRIAS



Valores Nominais (Em mil R\$)	2011	2012	2013	2014	2015
Serviços	R\$ 414.623	R\$ 452.118	R\$ 483.845	R\$ 514.559	R\$ 588.204
Contribuições	R\$ 150.754	R\$ 171.468	R\$ 189.396	R\$ 198.162	R\$ 223.191
Patrimonial	R\$ 113.307	R\$ 150.809	R\$ 81.242	R\$ 118.192	R\$ 194.072
Outras Receitas Correntes	R\$ 286.415	R\$ 185.678	R\$ 207.707	R\$ 324.392	R\$ 295.278

Valores Corrigidos (Em mil R\$)	2011	2012	2013	2014	2015
Serviços	R\$ 547.336	R\$ 563.908	R\$ 569.800	R\$ 569.480	R\$ 588.204
Contribuições	R\$ 199.008	R\$ 213.865	R\$ 223.042	R\$ 219.313	R\$ 223.191
Patrimonial	R\$ 149.574	R\$ 188.098	R\$ 95.675	R\$ 130.807	R\$ 194.072
Outras Receitas Correntes	R\$ 378.091	R\$ 231.589	R\$ 244.606	R\$ 359.016	R\$ 295.278

**Nota:**

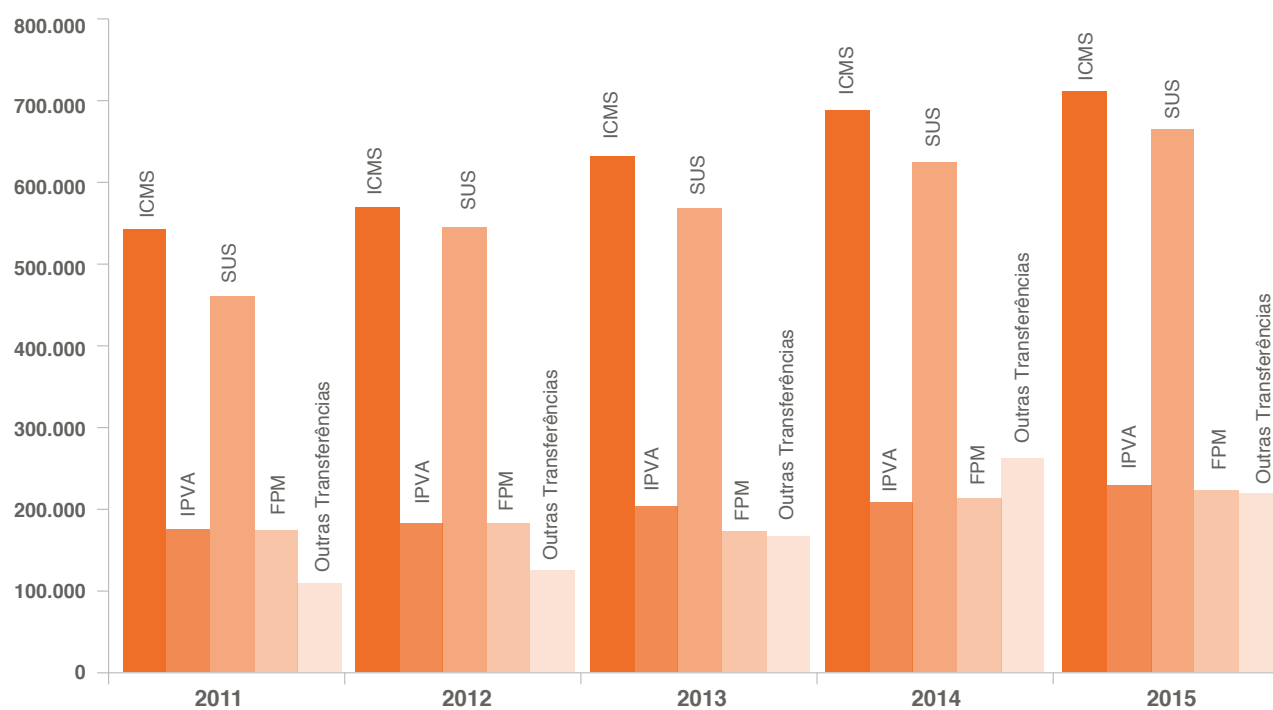
**Serviços** – Tarifa de água e esgoto (DMAE/DEP), editais e inscrição em concurso público, entre outros

**Contribuições** – Para a iluminação pública e para a previdência dos funcionários municipais

**Patrimonial** – Aluguéis de imóveis e dividendos

**Outras Receitas Correntes** – Dívida ativa, indenizações, restituições, multas e juros

# EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DE TERCEIROS



Valores Nominais (Em mil R\$)	2011	2012	2013	2014	2015
ICMS	544.808	572.420	635.471	687.189	717.501
IPVA	173.814	184.816	203.727	209.623	230.565
SUS	461.601	546.337	572.145	626.934	664.760
FPM	173.394	179.244	170.664	212.378	224.506
Outras Transferências	107.380	123.618	164.867	259.036	218.550

CÁLCULO FUNDEB (Em Mil R\$)	2011	2012	2013	2014	2015
TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	165.853	194.843	219.844	224.402	238.860
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-180.702	-188.781	-203.423	-223.545	-239.143
TOTAL	-14.849	6.062	16.421	857	-283

Valores Corrigidos (Em mil R\$)	2011	2012	2013	2014	2015
ICMS	719.191	713.956	748.362	760.536	717.501
IPVA	229.449	230.513	239.919	231.997	230.565
SUS	609.351	681.424	673.787	693.850	664.760
FPM	228.894	223.564	200.982	235.046	224.506
Outras Transferências	141.750	154.184	194.156	286.684	218.550

# PRINCIPAIS TRANSFERÊNCIAS



Foto: Luciano Lanes

## ICMS

O imposto é uma das principais fontes de receita dentre as transferências recebidas. Em 2015, correspondeu a 12,67% da receita total da Prefeitura. Cabe aos municípios, por determinação constitucional, 25% do valor arrecadado pelos estados com esse tributo.

## FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS (FPM)

O FPM é uma transferência constitucional vinculada à arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos

Industrializados. O Tesouro Nacional transfere aos Municípios o equivalente a 22,5% da receita de IPI e IR, com base num coeficiente de participação. Para as Capitais o coeficiente fixado se dá de acordo com o inverso da renda per capita de sua população, aplicado sobre o montante de 10% da receita.

Além disso, em julho e dezembro de cada ano, são repassadas duas parcelas extras de 1% cada, da receita de IPI e IR de todo o ano. Ou seja, 24,5% da arrecadação dos dois impostos pertencem constitucionalmente aos municípios. Do total de recursos que o Tesouro reserva ao FPM, 20% são automaticamente transferidos ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico (Fundeb). Em 2015, o FPM correspondeu a 3,97% da arrecadação municipal.

## Cabe ao município 50% do valor arrecadado pelo Estado com o IPVA.

### IPVA

Cabe ao município 50% do valor arrecadado pelo Estado com o IPVA, referente aos veículos cadastrados em Porto Alegre. Neste ano, a Prefeitura apresentou um aumento nominal de R\$ 20,9 milhões na arrecadação do IPVA em relação ao exercício anterior. Em 2015, o IPVA correspondeu a 4,07% da arrecadação municipal.

O crescimento do IPVA no Estado e por consequência nas transferências aos municípios é devido ao crescimento da frota de veículos pagantes e à baixa inadimplência verificada no Estado, decorrente das ações de fiscalização do imposto e incentivos para o pagamento espontâneo.

### SUS

As transferências feitas pelos governos federal e estadual relativas ao custeio do SUS são estabelecidas em função de variáveis como população e número de atendimentos de saúde prestados pelas unidades do sistema em Porto Alegre.

### FUNDEB

Em 2015, o valor líquido recebido do FUNDEB é positivo em R\$ 2,9 milhões, representando que houve contribuição do município para o fundo menor que o retorno recebido.

### OUTRAS TRANSFERÊNCIAS

Engloba as demais transferências da União, tais como as relativas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a desoneração do ICMS pela Lei Kandir, cota-parte da compensação financeira sobre a exploração mineral, cota-parte do fundo especial do petróleo, compensação financeira ao esforço exportador, convênios e doações.

Também inclui as transferências do Estado tais como a cota-parte do IPI sobre exportação, a cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico (CIDE), os repasses de recursos do Estado para programas de saúde e convênios. Fazem parte, também, as transferências de instituições privadas, através de patrocínios e doações.





## RECEITA DE CAPITAL - 2015



Valores Nominais (Em mil R\$)	2011	2012	2013	2014	2015
Transferência de Capital	4.494	5.865	2.280	2.014	2.271
Amortização de Empréstimos	2.137	2.270	2.778	3.560	3.311
Outras Receitas de Capital	1.020	1.595	-	132.346	6.505
Alienação de Bens	12.429	23.165	33.908	12.637	18.695
Operação de Crédito	174.714	92.428	115.716	234.577	149.343

Valores Corrigidos (Em mil R\$)	2011	2012	2013	2014	2015
Transferência de Capital	5.932	7.315	2.685	2.229	2.014
Amortização de Empréstimos	2.821	2.831	3.272	3.940	3.560
Outras Receitas de Capital	1.346	1.989	-	146.472	3.561
Alienação de Bens	16.407	28.893	39.932	13.986	3.562
Operação de Crédito	230.637	115.282	136.273	259.615	149.343

Atualizado pelo IPCA

# CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Foto: Joel Vargas



## CONTROLE INTERNO

A Controladoria-Geral do Município de Porto Alegre atua na prevenção e no combate à corrupção na gestão municipal, garantindo a defesa do patrimônio público, e promovendo a transparência e a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos. Órgão Central do Sistema de Controle Interno Municipal, vinculada à Secretaria Municipal da Fazenda, conta com estrutura composta pelo Gabinete do Controlador-Geral, Auditoria Geral, Contabilidade Geral, Despesa Pública e Informações Legais e Gerenciais, e dezessete Seccionais instaladas na Administração Direta, nas Autarquias, na Fundação de Assistência Social e Cidadania e na Câmara de Vereadores.

No exercício de 2015, realizou a implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, que tem como objetivo viabilizar o processo de convergência e facilitar a consolidação das contas públicas nos três níveis de governo, com a elaboração do Balanço do Setor Público Nacional – BSPN.

A adoção faz parte do compromisso firmado pelo Governo Federal junto aos órgãos internacionais, onde todo o Sistema de Contabilidade Pública do país deverá observar as Normas Internacionais de Contabilidade.

Para adotar tais normas, diversas mudanças foram necessárias, como a adequação dos Sistemas Informatizados de Contabilidade e Despesa Pública, a capacitação de servidores e gestores e a adequação de Sistemas de Apoio que envolvem a arrecadação, o patrimônio, o pagamento de pessoal, os bens móveis e imóveis, o almoxarifado e a dívida pública.

A implantação é obrigatória para a correta prestação de contas à Secretaria do Tesouro Nacional e ao Tribunal de Contas do Estado. Além disso, é fundamental para a realização de novos empréstimos e para o recebimento de repasses voluntários da União e do Estado, via convênios. O não envio da prestação de contas anual para a União impede que os municípios cumpram os requisitos do CAUC – Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias.

A Controladoria também vem intensificando o trabalho de controle interno com a criação de um setor específico para auditoria da Folha de Pagamento de Pessoal e de uma Seccional de Controle da Despesa no Paço Municipal. Os expressivos resultados alcançados em 2015 se estenderão em 2016, contribuindo para o fortalecimento e a eficiência da gestão dos órgãos da Administração Municipal.

# DESTINO DOS RECURSOS



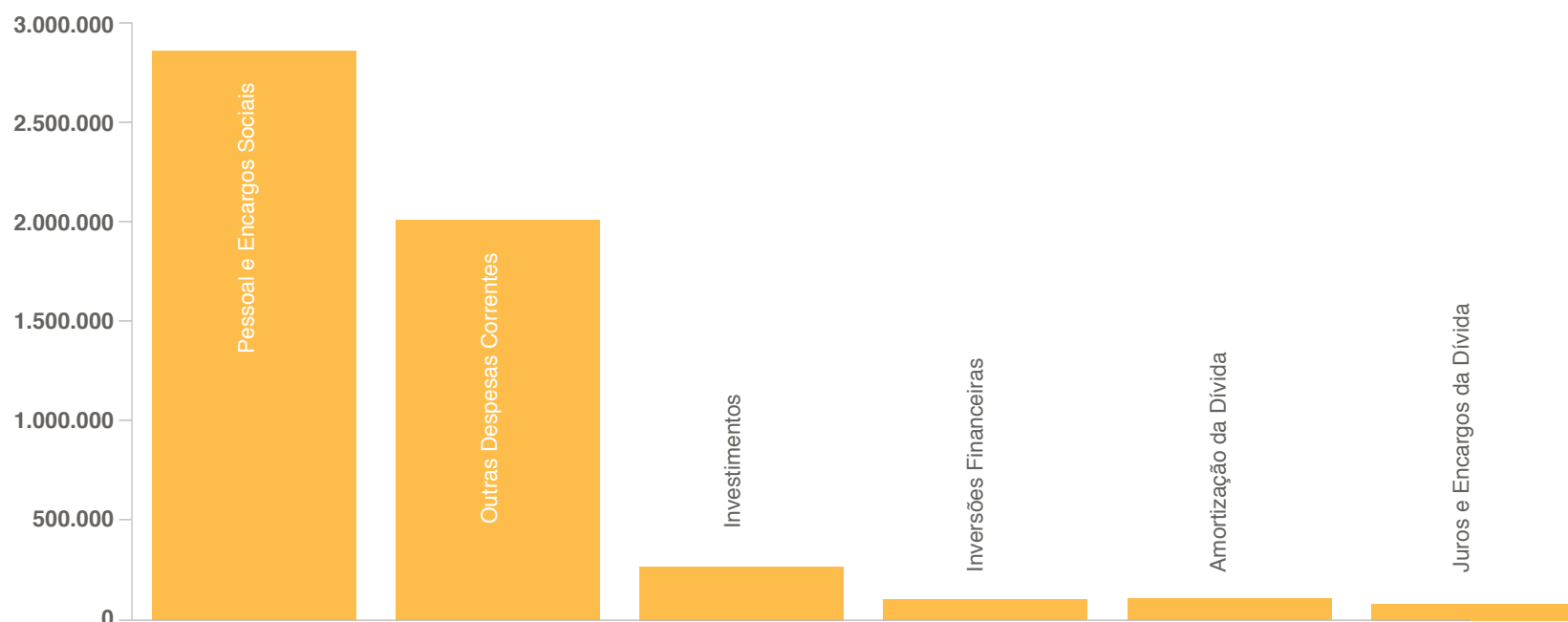
A despesa total da Prefeitura variou, em valores nominais, 2,74% em 2015, sobre os dados registrados no ano anterior.

O principal item nos gastos é a despesa de pessoal, que teve incremento nominal de 7,40% no mesmo período.

Em valores reais, corrigidos pelo IPCA, a despesa total reduziu em 7,17% em 2015.

Os quadros e gráficos demonstram a composição da despesa e a variação dos gastos nos últimos cinco anos.

# DESPESAS POR NATUREZA DOS GASTOS - 2015

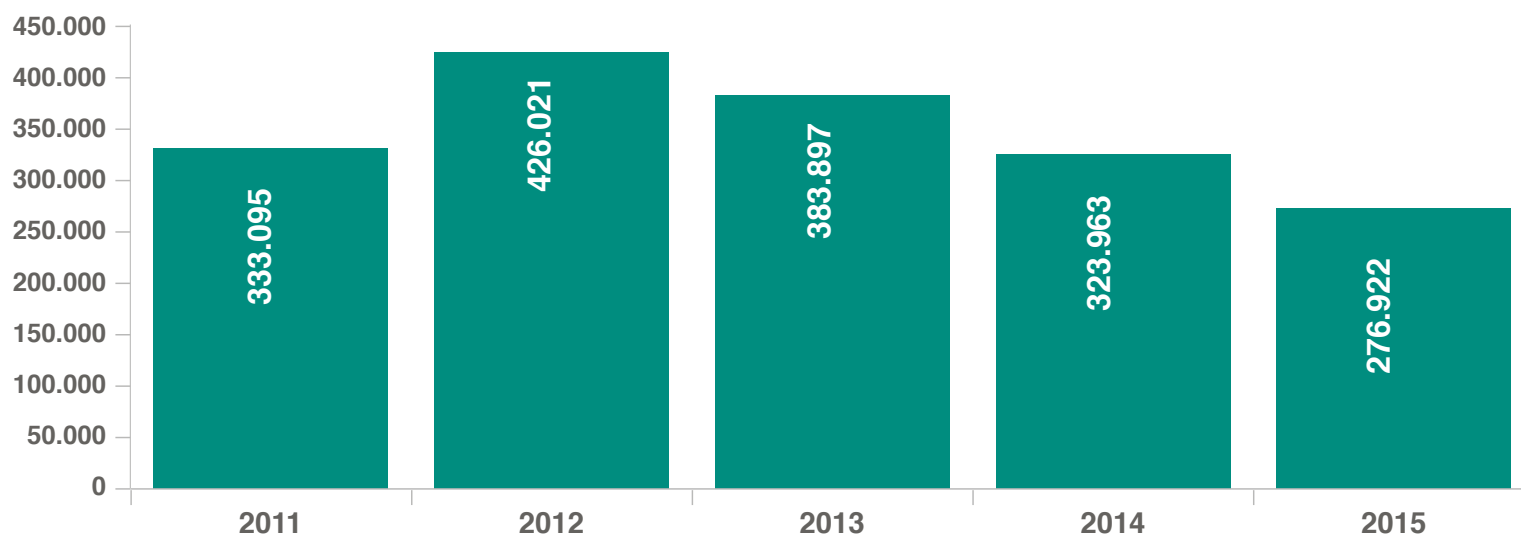


Valores Nominais (Em mil R\$)	2011	2012	2013	2014	2015
Pessoal e Encargos Sociais	1.793.273	2.210.823	2.475.581	2.651.717	2.847.946
Outras Despesas Correntes	1.542.526	1.620.363	1.714.041	2.003.254	2.008.298
Investimentos	333.095	426.021	383.897	323.963	276.922
Inversões Financeiras	69.744	29.403	150.220	163.470	107.988
Amortização da Dívida	59.186	65.686	75.416	74.769	104.627
Juros e Encargos da Dívida	39.941	49.959	56.934	67.876	84.058
<b>Total Geral</b>	<b>3.837.765</b>	<b>4.402.255</b>	<b>4.856.089</b>	<b>5.285.049</b>	<b>5.429.839</b>

Valores Corrigidos (Em mil R\$)	2011	2012	2013	2014	2015
Pessoal e Encargos Sociais	2.367.266	2.757.469	2.915.368	2.934.748	2.847.946
Outras Despesas Correntes	2.036.260	2.021.012	2.018.540	2.217.071	2.008.298
Investimentos	439.712	531.359	452.096	358.541	276.922
Inversões Financeiras	92.068	36.673	176.907	180.918	107.988
Amortização da Dívida	78.130	81.927	88.814	82.749	104.627
Juros e Encargos da Dívida	52.725	62.312	67.048	75.121	84.058
<b>Total Geral</b>	<b>5.066.161</b>	<b>5.490.752</b>	<b>5.718.773</b>	<b>5.849.149</b>	<b>5.429.839</b>

# INVESTIMENTOS

Os investimentos em 2015 foram de R\$ 276 milhões.



Valores Nominais (Em mil R\$)	2011	2012	2013	2014	2015
Investimentos	333.095	426.021	383.897	323.963	276.922

Valores Corrigidos (Em mil R\$)	2011	2012	2013	2014	2015
Investimentos	439.712	531.359	452.096	358.541	276.922

Atualizado pelo IPCA

# DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO

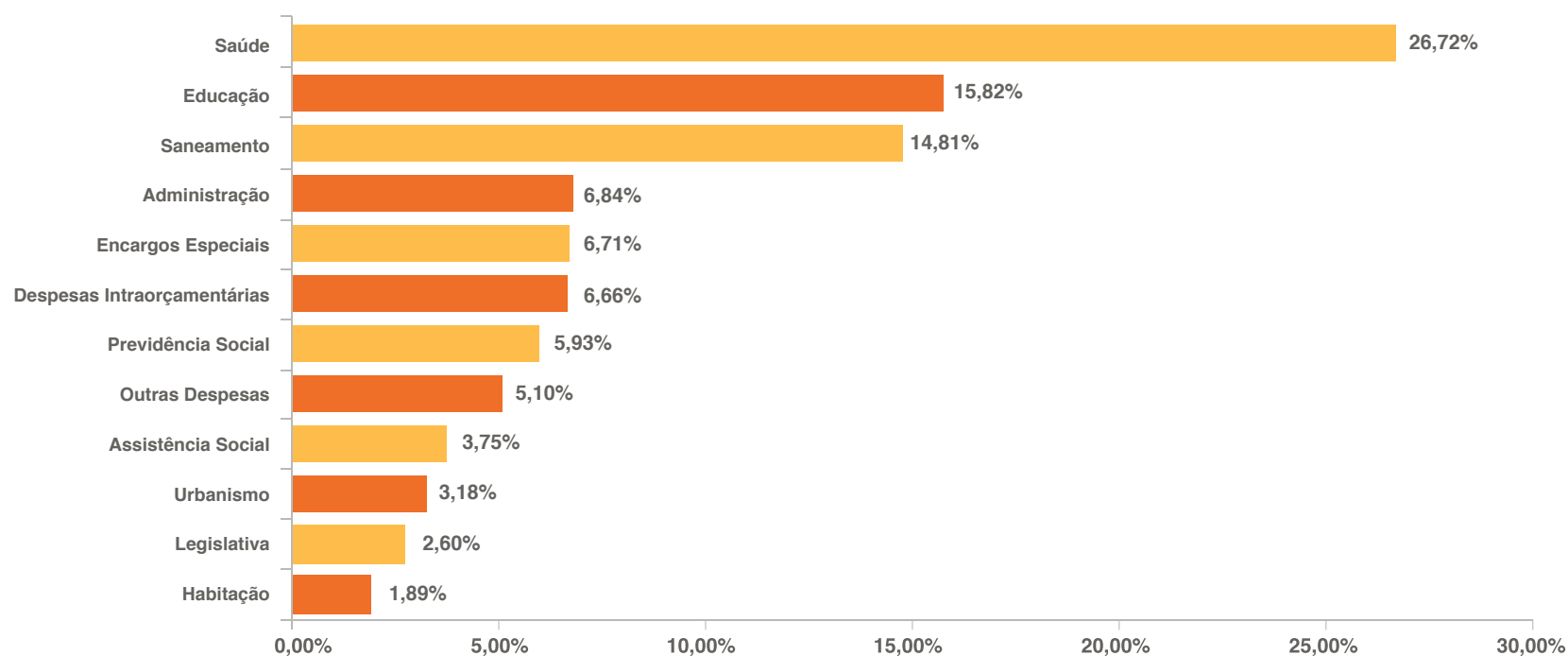
Foto: Luciano Lanes



No gráfico e na tabela a seguir são apresentadas as despesas empenhadas por função, conforme a Portaria nº 42 do Ministério de Orçamento e Gestão, de 14 de abril de 1999, que estabelece a discriminação da despesa por função e subfunção.

As três principais funções de despesa em 2015, incluindo as

despesas intraorçamentárias, foram: saúde, com 26,7% dos gastos totais, educação, com 15,8% e saneamento, com 14,8%. As informações relativas aos gastos com saúde e educação consideram os valores totais empenhados, independentemente da fonte de recursos que os suporta, considerando tanto gastos efetuados com recursos próprios como de terceiros.



Em mil R\$	2011	2012	2013	2014	2015
Saúde	955.899	1.182.081	1.259.952	1.437.377	1.450.999
Educação	607.139	658.684	736.109	793.021	859.126
Saneamento	739.455	822.410	769.314	791.151	804.014
Administração	243.901	264.131	315.648	341.830	371.270
Encargos Especiais	235.572	195.425	341.695	374.099	364.543
Previdência Social	234.373	268.817	278.233	298.840	321.831
Outras Despesas	204.110	251.078	271.470	273.352	276.751
Assistência Social	102.156	146.234	164.992	183.606	203.442
Urbanismo	99.700	129.565	177.501	232.889	172.438
Legislativa	93.281	97.214	107.487	122.327	141.368
Habitação	77.458	106.476	121.920	100.102	102.353
Subtotal	3.593.044	4.122.115	4.544.321	4.948.594	5.068.135
( + ) Despesa Intraorçamentária	244.721	280.140	311.768	336.455	361.705
TOTAL	3.837.765	4.402.255	4.856.089	5.285.049	5.429.840

# SÍNTESE DE ORIGENS E COMPROMETIMENTO DE RECURSOS DO EXERCÍCIO DE 2015

Os recursos da Prefeitura de Porto Alegre são provenientes da arrecadação própria (R\$ 3.454 milhões) e das transferências Governamentais (R\$ 2.207 milhões).

Desses valores, R\$ 5.430 milhões retornaram à cidade, tendo como destaque R\$ 1.450 milhões aplicados na função saúde, R\$ 859 milhões em educação e R\$ 804 milhões em saneamento.

ORIGENS DE RECURSOS (Em R\$)		ANO 2015	
Receita Arrecadada	Valor	%	
<b>Recursos Próprios</b>	<b>3.453.912.130,12</b>	<b>100%</b>	
Receita Tributária:			
IPTU	352.223.032,36	10,20	
ISSQN	797.384.079,52	23,09	
ITBI	242.786.649,48	7,03	
IRRF	247.814.440,91	7,17	
Taxas	125.217.478,50	3,63	
(-) Deduções da Receita Tributária	-62.947,12	0,00	
Receita Não Tributária:			
Receita de Contribuições	223.190.657,35	6,46	
Receita Patrimonial	194.072.141,91	5,62	
Serviço Água	351.959.856,75	10,19	
Serviço Esgoto	170.291.117,33	4,93	
Outros Recursos Próprios	389.743.173,01	11,28	
Receita Corrente Intraorçamentária	361.716.760,07	10,47	
(-) Deduções da Receita Não Tributária	-2.424.309,95	-0,07	
<b>Recursos Transferidos</b>	<b>2.207.213.472,33</b>	<b>100%</b>	
Sistema Único de Saúde / SUS	664.759.642,42	30,12	
Transferência Recebida FUNDEB	238.859.767,81	10,82	
Cota parte IPVA	230.565.145,54	10,45	
Cota parte ICMS	717.501.151,19	32,51	
Operação de Crédito	149.343.043,56	6,77	
Outros Recursos Transferidos	445.327.449,81	20,18	
Transferências enviada FUNDEB	-239.142.728,00	-10,83	
<b>Total da Receita</b>	<b>5.661.125.602,45</b>	<b>100%</b>	
<b>Total Geral</b>	<b>5.661.125.602,45</b>		

COMPROMETIMENTO DE RECURSOS (Em R\$)		ANO 2015	
Despesa Realizada	Valor	%	
Saúde	1.450.998.702,29	26,72	
Educação	859.125.691,07	15,82	
Saneamento	804.014.259,21	14,81	
Administração	371.270.098,21	6,84	
Encargos Especiais	364.542.537,20	6,71	
Previdência Social	321.830.558,79	5,93	
Assistência Social	203.441.565,99	3,75	
Urbanismo	172.438.489,55	3,18	
Legislativa	141.368.651,28	2,60	
Habitação	102.353.487,52	1,89	
Gestão Ambiental	55.963.287,71	1,03	
Segurança Pública	50.233.955,31	0,93	
Cultura	44.478.007,41	0,82	
Comércio e Serviços	33.484.878,10	0,62	
Judiciário	31.092.451,07	0,57	
Outras Despesas	23.739.933,98	0,44	
Transporte	21.109.959,39	0,39	
Desporto e Lazer	16.648.302,62	0,31	
Despesa intraorçamentária	361.705.176,82	6,66	
<b>Total da Despesa</b>	<b>5.429.839.993,52</b>	<b>100%</b>	
Superávit Orçamentário	231.285.608,93		
<b>Total Geral</b>	<b>5.661.125.602,45</b>		



## EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA

A situação líquida financeira representa a diferença entre o ativo financeiro (disponibilidades, recursos vinculados e outras operações) e o passivo financeiro (dívidas de curto prazo: restos a pagar, depósitos e outras operações). Verifica-se o aumento de 21,49% em relação ao exercício anterior.

## EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO LÍQUIDA PERMANENTE

A situação líquida permanente resulta da diferença entre o ativo permanente (imobilizado, investimentos, créditos a longo prazo e estoques) e o passivo permanente (obrigações exigíveis em longo prazo). O aumento do passivo permanente em 2015 decorreu da contratação de novas operações de crédito e da revisão das previsões matemáticas previdenciárias. Verifica-se uma redução de 47,21% da situação líquida permanente em relação ao ano anterior.

### Situação Líquida Financeira

Conta	2011	2012	2013	2014	2015
Ativo Financeiro	1.183.453	1.192.072	1.150.294	1.641.243	1.749.374
(-) Passivo Financeiro	-172.821	-200.458	-293.036	-475.249	-332.814
Situação Líquida Financeira	1.010.632	991.614	857.258	1.165.994	1.416.560

### Situação Líquida Permanente:

Conta	2011	2012	2013	2014	2015
Ativo Permanente	2.509.622	3.309.868	3.272.571	3.767.745	3.101.973
(-) Passivo Permanente	-955.767	-1.297.936	-1.307.809	-1.615.250	-1.965.857
Situação Líquida Permanente	1.553.855	2.011.932	1.964.762	2.152.495	1.136.116

O Município realizou os ajustes necessários para que o Balanço Patrimonial refletisse a realidade dos seus elementos patrimoniais em consonância com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP e com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP.

A variação dos Créditos a Curto Prazo, verificada na comparabilidade entre os exercícios de 2014 e 2015, refere-se à reclassificação dos valores vencidos no exercício subsequente, da Dívida Ativa no Ativo Circulante em 2015, conforme preconiza o item 6, b das NBCASP 16.2. O critério adotado para o devido reconhecimento

a curto prazo foi o valor previsto de recebimento de Dívida Ativa constante na Lei Orçamentária de 2016.

No grupo do Ativo Não Circulante, a variação refere-se aos ajustes na Dívida Ativa ao valor recuperável. O método utilizado foi a aplicação do percentual médio de recebimentos anteriores sobre o saldo atualizado da conta de créditos inscritos em Dívida Ativa, atendendo à Portaria STN 548/2015.

Em razão das variações ocorridas com a reclassificação de curto e longo prazo, o Ativo e o Passivo Financeiro e Permanente tiveram reflexos.



# GESTÃO FISCAL

---

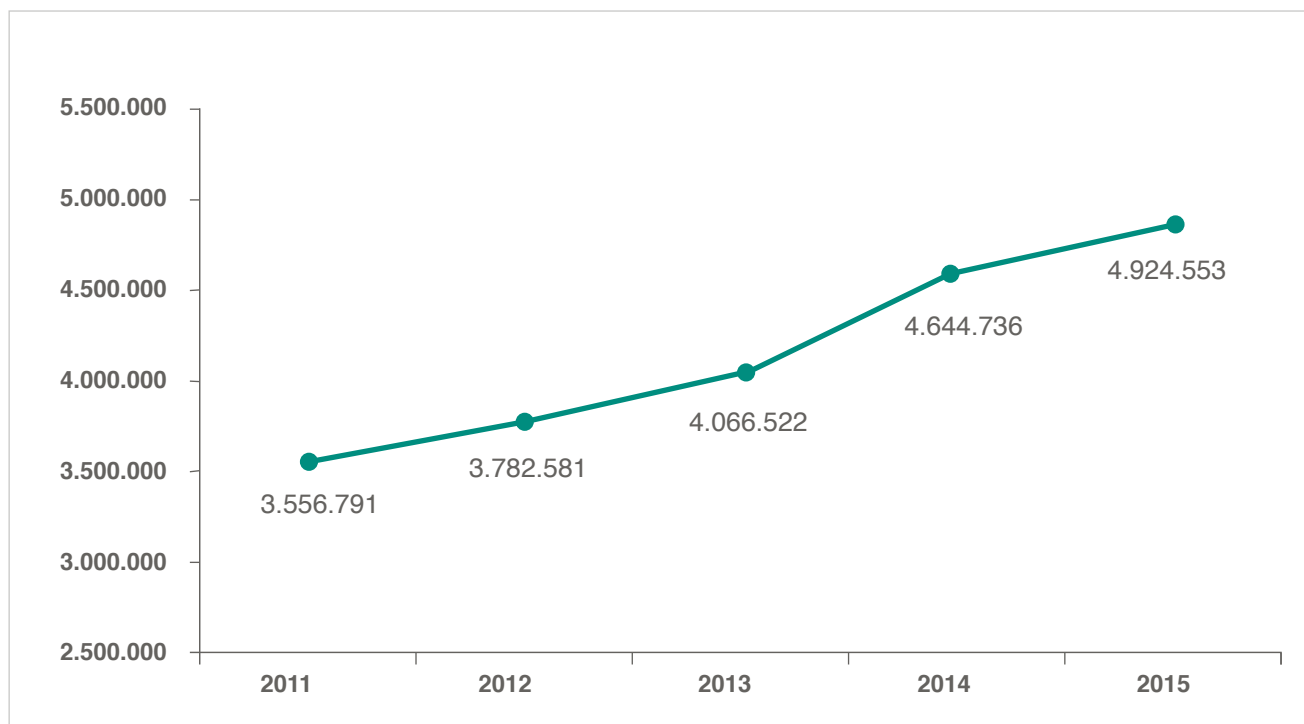
O desempenho de 2015 apresenta o cumprimento das metas fiscais, e a manutenção do equilíbrio financeiro da Prefeitura Municipal, como fica demonstrado na comparação dos últimos cinco anos.

# RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

A receita corrente líquida é o somatório das receitas tributárias municipais, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias e de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, exceto a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e as receitas provenientes da compensação financeira.

Ela serve de parâmetro para o cálculo das despesas com pessoal, e para os limites da dívida pública.

A receita corrente líquida teve um crescimento nominal de 6,02% em relação ao ano anterior.



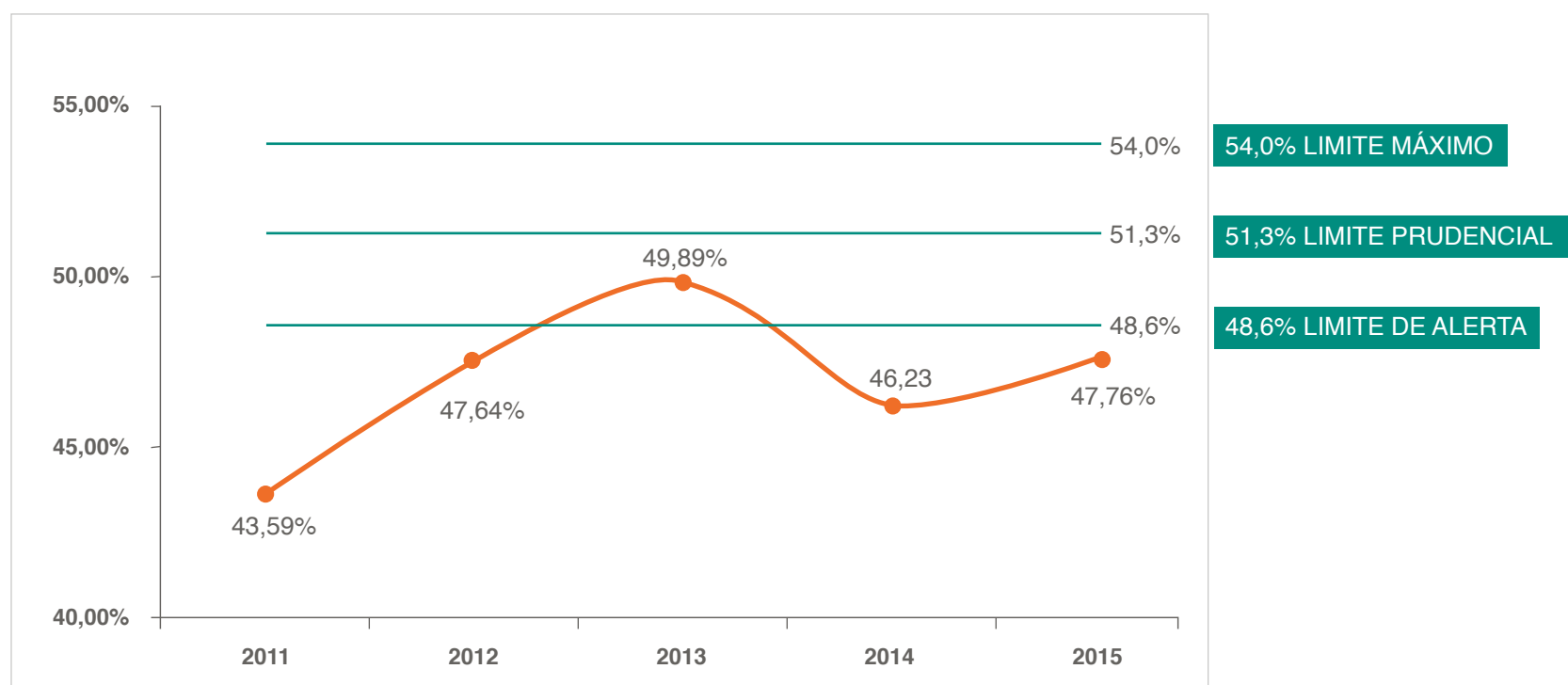
Em mil R\$	2011	2012	2013	2014	2015
Receita Corrente Líquida	3.556.791	3.782.581	4.066.522	4.644.736	4.924.553

Critério - Secretaria do Tesouro Nacional

# DESPESAS COM PESSOAL

## PODER EXECUTIVO

O índice de comprometimento da receita corrente líquida com despesas com pessoal no Poder Executivo em 2015 foi de 47,76%. Esse índice está abaixo do limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que é de 54% da receita corrente líquida.

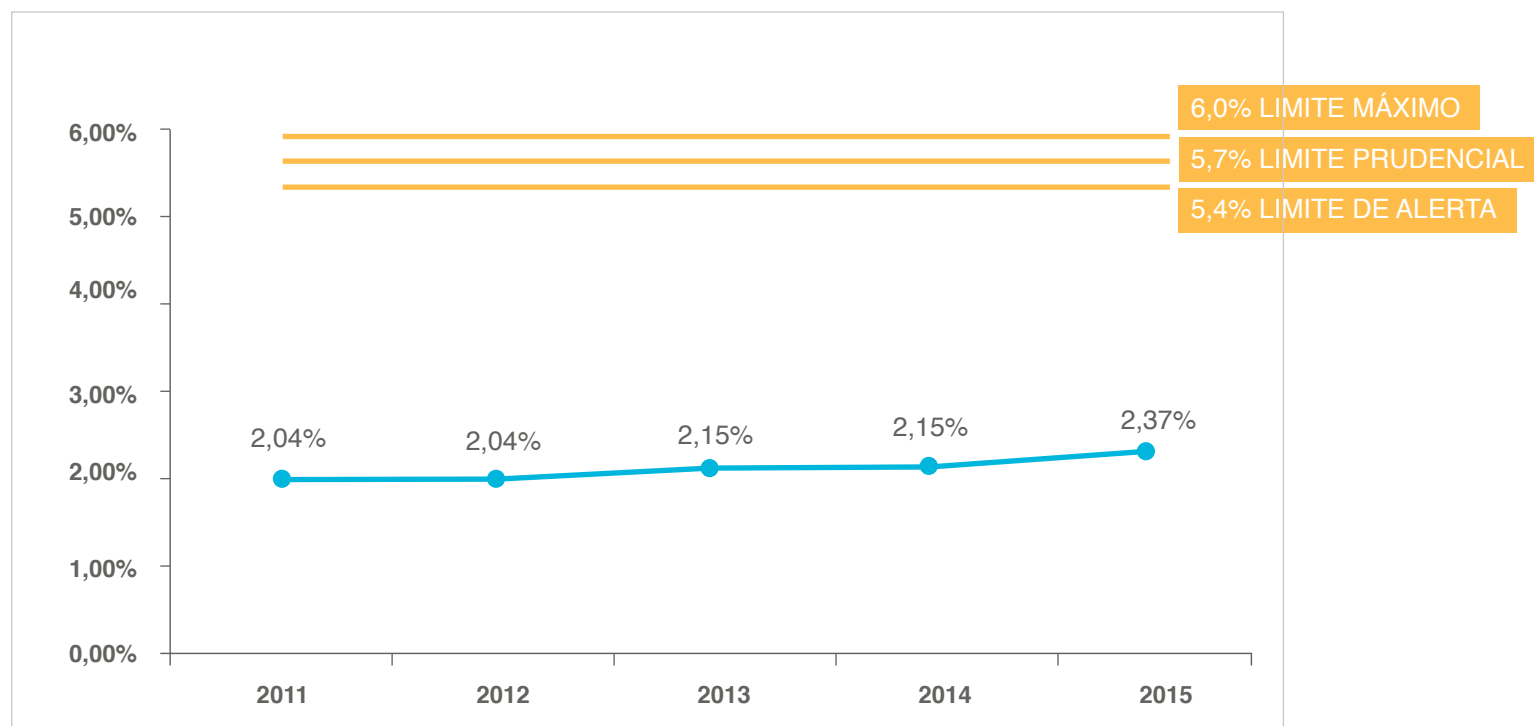


Em mil R\$	2011	2012	2013	2014	2015
Total Despesa de Pessoal	1.550.455	1.801.918	2.028.843	2.147.239	2.351.907
Receita Corrente Líquida	3.556.791	3.782.580	4.066.522	4.644.736	4.924.553
% Despesa de Pessoal	43,59%	47,64%	49,89%	46,23%	47,76%
Limite máximo 54% RCL	1.920.667	2.042.593	2.195.922	2.508.157	2.659.259
Limite prudencial 51,3% RCL	1.824.634	1.940.464	2.086.126	2.382.750	2.526.296
Limite de Alerta 48,6% RCL	1.728.600	1.838.334	1.976.330	2.257.342	2.393.333

# PODER LEGISLATIVO

O Legislativo manteve estável o seu comprometimento da receita corrente líquida da Prefeitura com as despesas com pessoal, como pode ser verificado nos dados dos últimos cinco anos.

O índice de comprometimento da receita corrente líquida com despesas com pessoal no Poder Legislativo em 2015 foi de 2,37%. Esse índice está abaixo do limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que é de 6% da receita corrente líquida.

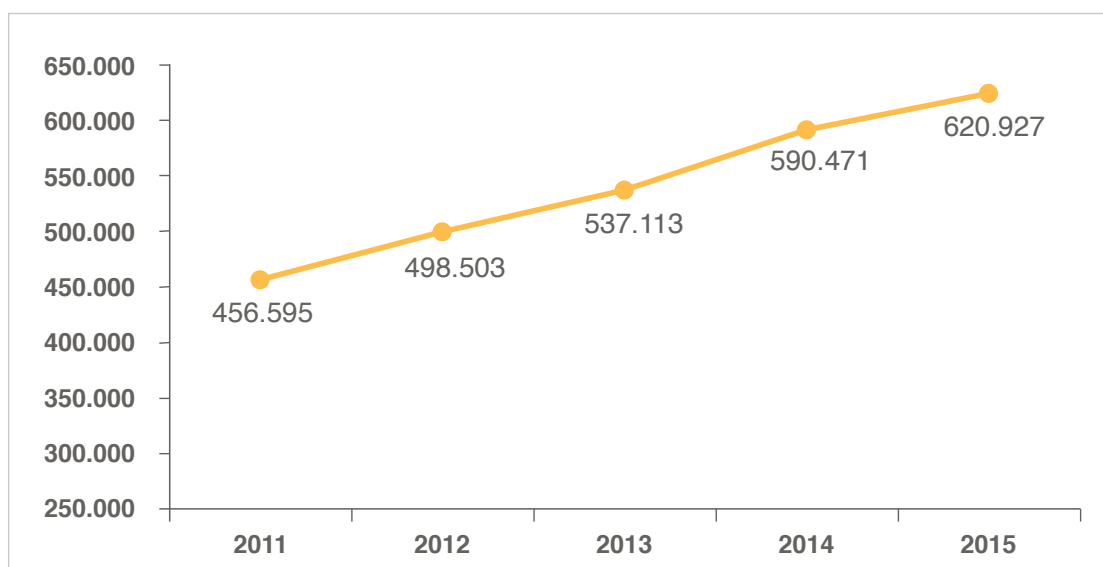


Em mil R\$	2011	2012	2013	2014	2015
Total Despesa de Pessoal	72.389	77.029	87.315	99.976	116.521
Receita Corrente Líquida	3.556.791	3.782.580	4.066.522	4.644.736	4.924.553
% Despesa de Pessoal	2,04%	2,04%	2,15%	2,15%	2,37%
Limite máximo 6% RCL	213.407	226.955	243.991	278.684	295.473
Limite prudencial 5,7% RCL	202.737	215.607	231.792	264.750	280.700
Limite de Alerta 5,4% RCL	192.067	204.259	219.592	250.816	265.926

# SAÚDE

Como prioridade da Prefeitura, o gasto com saúde em 2015 teve incremento nominal de 5,16%, em comparação com 2014, na destinação das receitas de impostos e transferências para atendimento à população. Os recursos para ações e serviços públicos de saúde (ASPS) superaram, no período de 2011 a 2015, o percentual mínimo de 15% definido pela Constituição.

Não estão computados, nesta demonstração, os gastos com recursos repassados ao município para custeio do Sistema Único de Saúde (SUS) ou mesmo outros recursos repassados por meio de convênio.



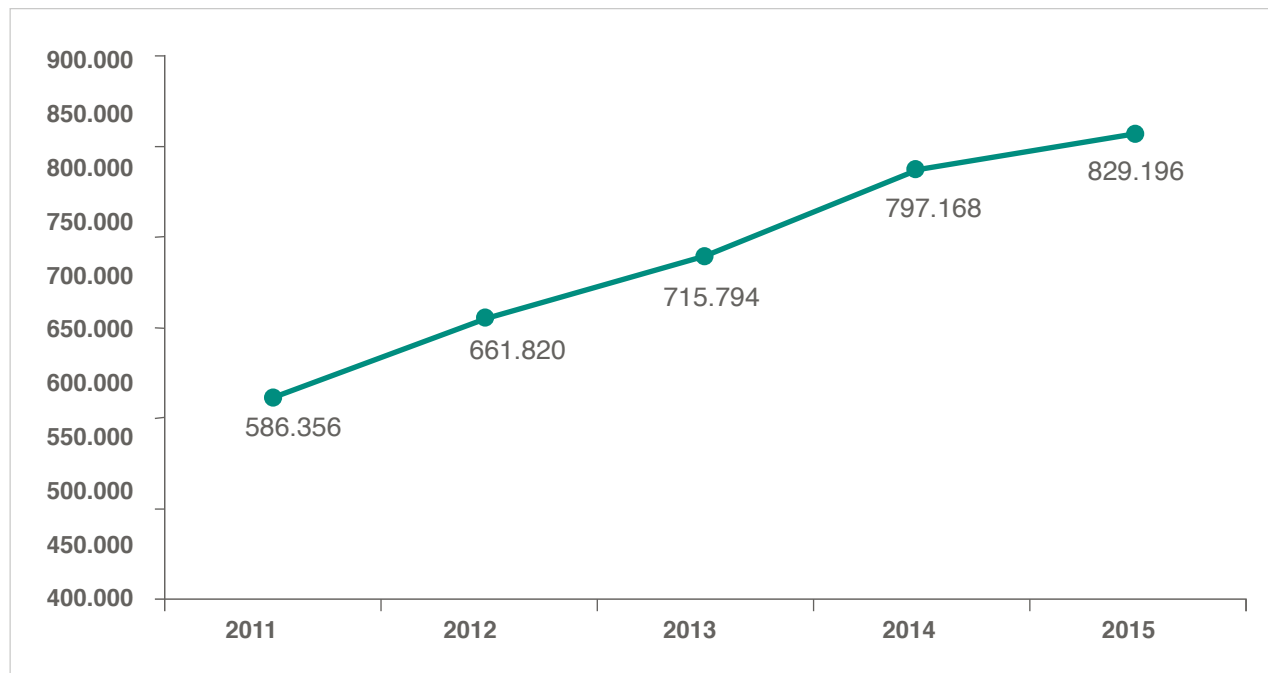
Em mil R\$	2011	2012	2013	2014	2015
Despesas com ASPS	456.595	498.503	537.113	590.471	620.927
% s/ receita de impostos e transferências	21,10%	21,51%	21,42%	21,27%	20,85%

Critério - Secretaria do Tesouro Nacional (SNT)

# ENSINO

Os gastos da Prefeitura com a manutenção e o desenvolvimento do ensino (MDE) cresceram, em valores nominais, 4,02% em relação ao ano de 2014. Também área prioritária da administração, o ensino recebeu recursos de impostos e transferências sempre acima do percentual constitucional de 25%, no período de 2011 a 2015.

Não estão computados, nesta demonstração, os gastos com recursos repassados ao município por conta do Salário Educação, bem como outros transferidos por conta de convênio.



Em mil R\$	2011	2012	2013	2014	2015
Despesas com MDE	586.356	661.820	715.794	797.168	829.196
% s/ receita de impostos e transferências	27,00%	28,46%	28,46%	28,63%	27,73%

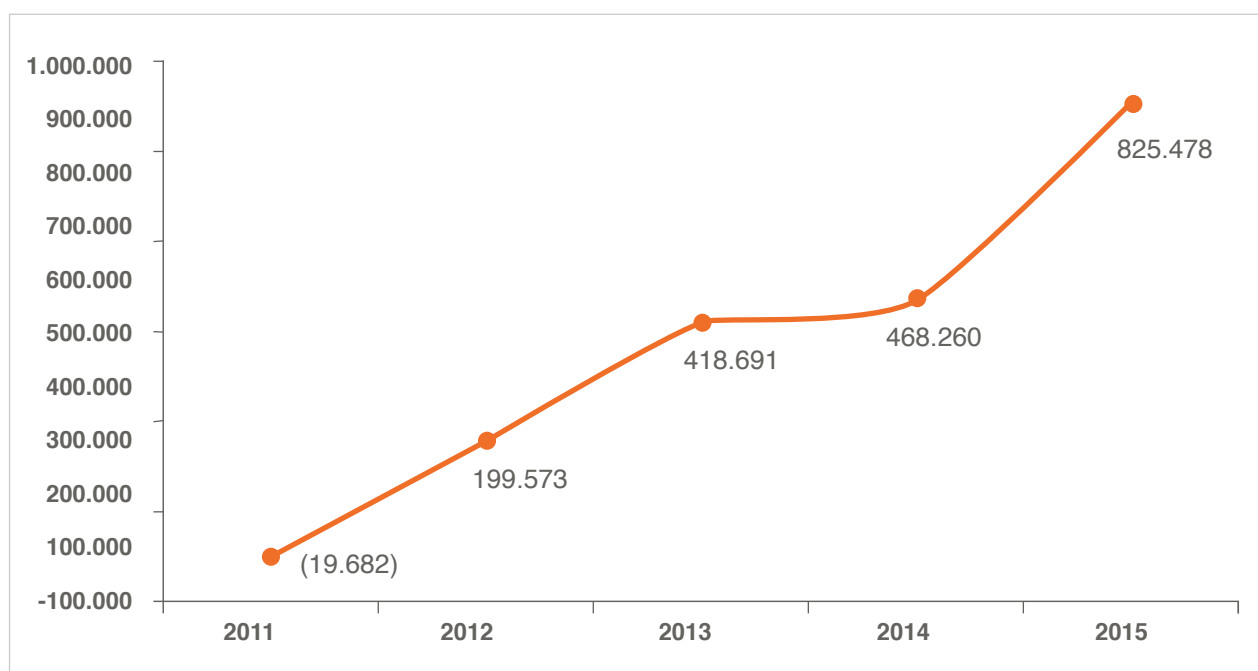
Critério - Secretaria do Tesouro Nacional (SNT)



# DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

A dívida consolidada líquida corresponde aos saldos das dívidas de longo e de curto prazos, deduzidas as disponibilidades financeiras. Por resolução do Senado, o limite máximo da dívida consolidada líquida é de 120% da receita corrente líquida. Em

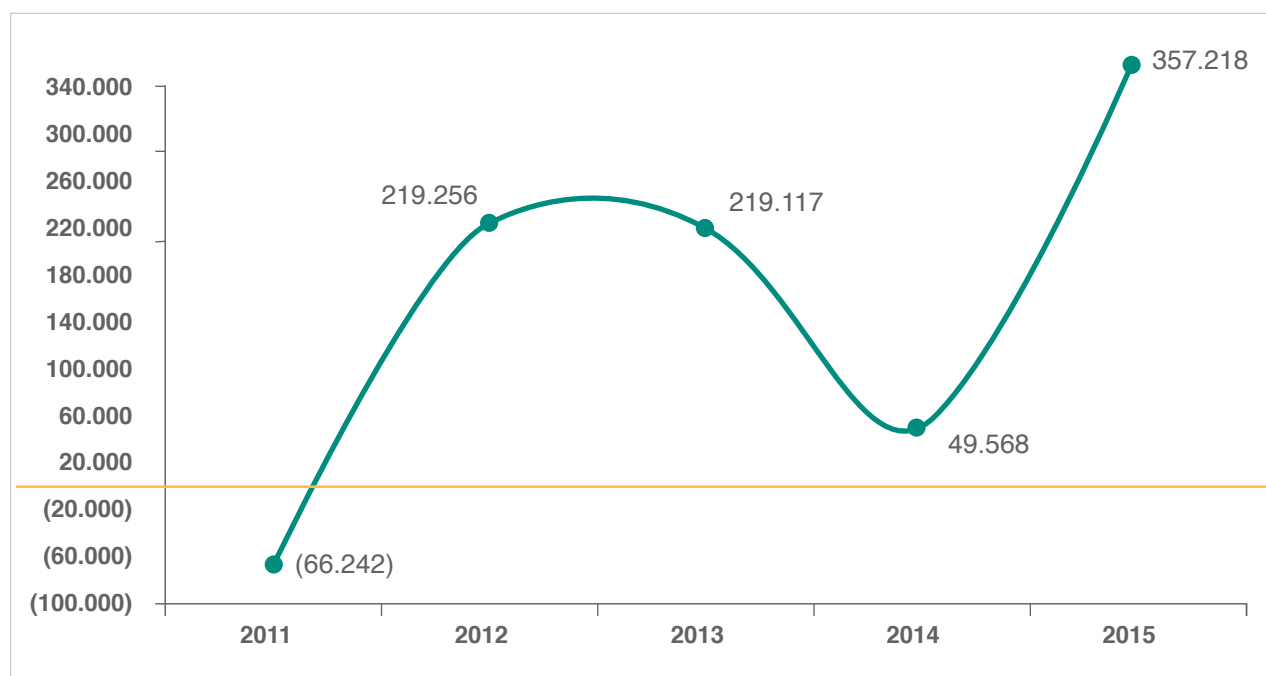
Porto Alegre, este percentual fechou no final de 2015 em 16,76% em relação à receita corrente líquida. Cabe ressaltar que parte do aumento da dívida consolidada deve-se a inclusão de precatório que representou 26,7%.



Dívida Consolidada Líquida (Em mil R\$)	2011	2012	2013	2014	2015
Dívida Consolidada	806.186	857.166	927.199	1.127.701	1.517.931
(-) Deduções	825.868	657.593	508.508	659.441	692.453
Dívida Consolidada Líquida	(19.682)	199.573	418.691	468.260	825.478
% Dívida s/ Receita Corrente Líquida	-0,55%	5,28%	10,30%	9,51%	16,76%
Limite definido pelo Senado Federal	4.268.149	4.539.097	4.879.828	5.573.683	5.909.464

# RESULTADO NOMINAL

O resultado nominal representa a diferença da dívida consolidada líquida acumulada até o exercício, em comparação ao ano anterior. Quanto maior o valor negativo de resultado nominal, maior será a redução no estoque da dívida do município.

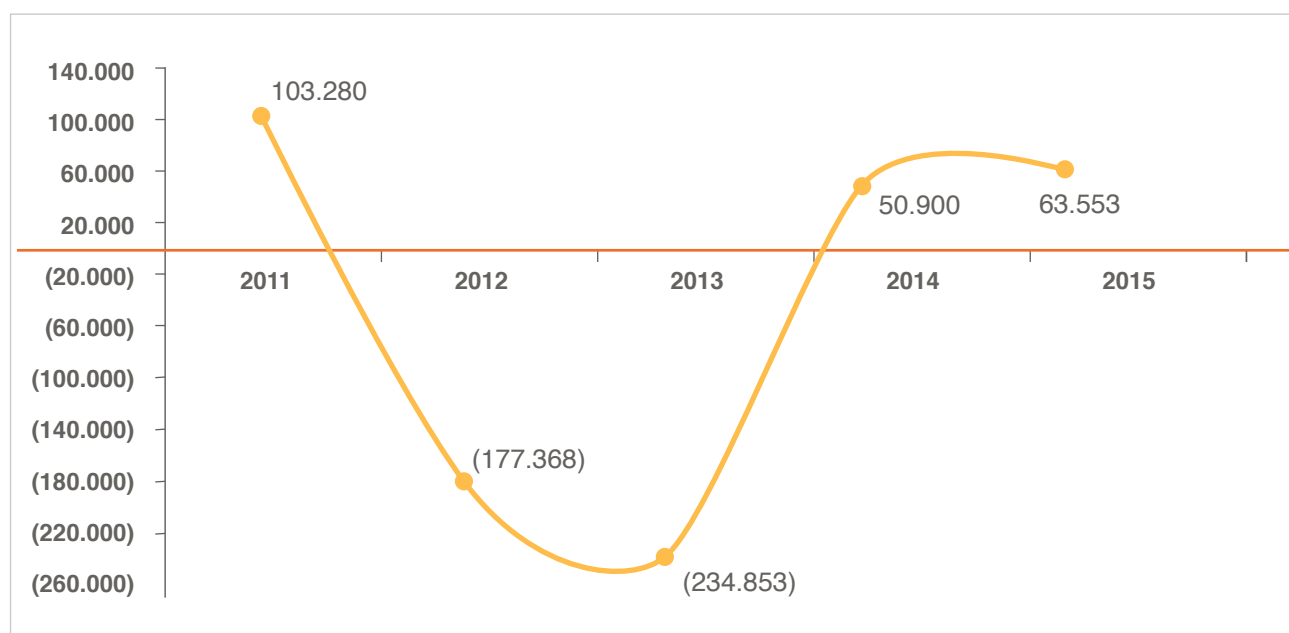


Em mil R\$	2011	2012	2013	2014	2015
Resultado Nominal	(66.242)	219.256	219.117	49.568	357.218

Critério - Secretaria do Tesouro Nacional (SN1)

# RESULTADO PRIMÁRIO

Esse resultado corresponde à diferença entre as receitas e as despesas não financeiras. Tem como principal função determinar a capacidade de pagamento dos compromissos da dívida pública e, conseqüentemente, de obtenção de novos financiamentos.



Em mil R\$	2011	2012	2013	2014	2015
Resultado Primário	103.280	(177.368)	(234.853)	50.900	63.553

Critério - Secretaria do Tesouro Nacional (SNT)

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

---

Nesta seção são apresentados os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, a Demonstração das Variações Patrimoniais e a Demonstração dos Fluxos de Caixa da Prefeitura de Porto Alegre do exercício de 2015. Os demonstrativos estão de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBC T SP e das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – IPSAS.

# BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>5.704.731.059,00</b>	<b>5.704.731.059,00</b>	<b>5.480.999.641,32</b>	<b>(223.731.417,68)</b>
Receita Tributária	1.871.508.230,00	1.871.508.230,00	1.765.362.733,65	(106.145.496,35)
Receita de Contribuições	552.527.048,00	552.527.048,00	582.105.044,29	29.577.996,29
Receita Patrimonial	100.134.242,00	100.134.242,00	193.271.455,22	93.137.213,22
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receita de Serviços	565.932.818,00	565.932.818,00	589.956.812,79	24.023.994,79
Transferências Correntes	2.339.880.581,00	2.339.880.581,00	2.055.599.275,43	(284.281.305,57)
Outras Receitas Correntes	274.748.140,00	274.748.140,00	294.704.319,94	19.956.179,94
				-
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>470.667.039,00</b>	<b>470.667.039,00</b>	<b>180.125.961,13</b>	<b>(290.541.077,87)</b>
Operações de Crédito	439.349.982,00	439.349.982,00	149.343.043,56	(290.006.938,44)
Alienação de Bens	17.732.556,00	17.732.556,00	18.695.383,37	962.827,37
Amortização de Empréstimos	2.944.660,00	2.944.660,00	3.311.076,86	366.416,86
Transferência de Capital	10.639.841,00	10.639.841,00	2.271.153,34	(8.368.687,66)
Outras Receitas de Capital	-	-	6.505.304,00	6.505.304,00
"Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)"	-	-	-	-
<b>Subtotal das Receitas (IV) = (I + II + III)</b>	<b>6.175.398.098,00</b>	<b>6.175.398.098,00</b>	<b>5.661.125.602,45</b>	<b>(514.272.495,55)</b>
<b>Operações de Crédito - Refinanciamento (V)</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito Internas</b>	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito Externas</b>	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)</b>	<b>6.175.398.098,00</b>	<b>6.175.398.098,00</b>	<b>5.661.125.602,45</b>	<b>(514.272.495,55)</b>
<b>DÉFICIT (VII)</b>	-	<b>300.880.715,35</b>	-	
<b>TOTAL (VIII) = (VI + VII)</b>	<b>6.175.398.098,00</b>	<b>6.476.278.813,35</b>	<b>5.661.125.602,45</b>	<b>(815.153.210,90)</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>				
Superávit Financeiro	119.401.165,44			
Reabertura de créditos adicionais	119.401.165,44			
	-			

DESPESA ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DOTAÇÃO (j) = (f - g)
<b>DESPESAS CORRENTE</b>	<b>4.953.088.938,00</b>	<b>5.220.092.528,98</b>	<b>4.940.303.060,24</b>	<b>4.851.678.947,52</b>	<b>4.794.344.873,94</b>	<b>279.789.468,74</b>
Pessoal e Encargos Sociais	2.794.965.334,00	2.872.168.048,85	2.847.946.076,31	2.847.160.446,26	2.828.916.534,82	24.221.972,54
Juros e Encargos da Dívida	89.255.000,00	85.531.892,39	84.058.785,61	83.308.285,61	83.308.285,61	1.473.106,78
Outras Despesas Correntes	2.068.868.604,00	2.262.392.587,74	2.008.298.198,32	1.921.210.215,65	1.882.120.053,51	254.094.389,42
<b>DESPESA DE CAPITAL</b>	<b>1.008.911.562,00</b>	<b>1.094.505.277,70</b>	<b>489.536.933,28</b>	<b>433.557.294,58</b>	<b>423.074.780,18</b>	<b>604.968.344,42</b>
Investimentos	810.278.019,00	881.176.311,50	276.922.032,22	223.842.393,52	213.359.879,12	604.254.279,28
Inversões Financeiras	100.001.000,00	108.002.178,00	107.987.458,88	107.987.458,88	107.987.458,88	14.719,12
Amortização da Dívida	98.632.543,00	105.326.788,20	104.627.442,18	101.727.442,18	101.727.442,18	699.346,02
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>51.716.868,00</b>	<b>276,67</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>276,67</b>
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>161.680.730,00</b>	<b>161.680.730,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>161.680.730,00</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (VIII)</b>	<b>6.175.398.098,00</b>	<b>6.476.278.813,35</b>	<b>5.429.839.993,52</b>	<b>5.285.236.242,10</b>	<b>5.217.419.654,12</b>	<b>1.046.438.819,83</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (IX)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (X) = (VIII + IX)</b>	<b>6.175.398.098,00</b>	<b>6.476.278.813,35</b>	<b>5.429.839.993,52</b>	<b>5.285.236.242,10</b>	<b>5.217.419.654,12</b>	<b>1.046.438.819,83</b>
<b>SUPERÁVIT (XI)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>231.285.608,93</b>	<b>375.889.360,35</b>	<b>443.705.948,33</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL (XII) = (X + XI)</b>	<b>6.175.398.098,00</b>	<b>6.476.278.813,35</b>	<b>5.661.125.602,45</b>	<b>5.661.125.602,45</b>	<b>5.661.125.602,45</b>	<b>815.153.210,90</b>

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-d-e)
	em ex. anteriores (a)	em 31/dezembro do exercício anterior (b)				
<b>DESPESAS CORRENTE</b>	<b>3.376.234,00</b>	<b>73.051.887,38</b>	<b>56.309.378,40</b>	<b>56.145.513,39</b>	<b>17.200.062,22</b>	<b>3.082.545,77</b>
Pessoal e Encargos Sociais	0,01	1.254.932,12	952.982,90	952.982,90	301.949,22	0,01
Juros e Encargos da Dívida	-	17.600,00	8.860,12	8.860,12	8.739,88	-
Outras Despesas Correntes	3.376.233,99	71.779.355,26	55.347.535,38	55.183.670,37	16.889.373,12	3.082.545,76
<b>DESPESA DE CAPITAL</b>	<b>2.874.475,06</b>	<b>18.529.426,47</b>	<b>13.525.352,97</b>	<b>13.505.528,65</b>	<b>4.528.026,51</b>	<b>3.370.346,37</b>
Investimentos	2.874.475,06	18.529.426,47	13.525.352,97	13.505.528,65	4.528.026,51	3.370.346,37
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>6.250.709,06</b>	<b>91.581.313,85</b>	<b>69.834.731,37</b>	<b>69.651.042,04</b>	<b>21.728.088,73</b>	<b>6.452.892,14</b>

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-d-e)
	em exercícios anteriores (a)	em 31/dezembro do exercício anterior (b)			
<b>DESPESAS CORRENTE</b>	<b>431.632,15</b>	<b>47.022.993,98</b>	<b>46.876.148,97</b>	<b>256.713,44</b>	<b>321.763,72</b>
Pessoal e Encargos Sociais	17.528,91	15.805.815,82	15.805.234,36	1.031,21	17.079,16
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	414.103,24	31.217.178,16	31.070.914,61	255.682,23	304.684,56
<b>DESPESA DE CAPITAL</b>	<b>2.441.870,61</b>	<b>5.842.146,05</b>	<b>3.974.672,26</b>	<b>262.589,55</b>	<b>4.046.754,85</b>
Investimentos	441.870,61	5.842.146,05	3.974.672,26	262.589,55	2.046.754,85
Inversões Financeiras	2.000.000,00	-	-	-	2.000.000,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.873.502,76</b>	<b>52.865.140,03</b>	<b>50.850.821,23</b>	<b>519.302,99</b>	<b>4.368.518,57</b>

  
**Celina Ritt Blazinha**  
 AUDITOR DE CONTROLE INTERNO  
 CONTADOR - CRC/RS 060461/O

  
**Jorge Luis Tonetto**  
 SECRETÁRIO DA FAZENDA

  
**José Fortunati**  
 PREFEITO MUNICIPAL

# BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
TÍTULOS	VALOR	TÍTULOS	VALOR
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>5.661.125.602,45</b>	<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>5.429.839.993,52</b>
<b>Ordinária</b>	3.051.089.456,85	<b>Ordinária</b>	3.030.753.827,89
<b>Vinculada</b>	2.610.036.145,60	<b>Vinculada</b>	2.399.086.165,63
Educação	778.727.862,98	Educação	670.019.029,16
Saúde	1.240.211.224,07	Saúde	1.409.465.545,34
Previdência Social - RPPS	265.494.865,81	Previdência Social - RPPS	17.243.404,88
Previdência Social - RGPS	-	Previdência Social - RGPS	24.116.299,92
Seguridade social	36.831.496,43	Seguridade social	40.431.963,95
Outras Destinações de Recursos	288.770.696,31	Outras Destinações de Recursos	237.809.922,38
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>2.055.448.449,55</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS</b>	<b>2.058.415.257,96</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	1.447.531.891,30	Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	1.447.531.891,30
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	1.809.286,85	Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	1.809.286,85
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS	541.566.446,03	Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS	541.566.446,03
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RGPS	-	Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RGPS	-
Outros Acréscimos	64.540.825,37	Outros Decréscimos	67.507.633,78
<b>RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</b>	<b>7.129.776.412,53</b>	<b>PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</b>	<b>7.141.858.339,07</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	144.603.751,42	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	69.651.042,04
Inscrição de Restos a Pagar Processados	67.816.587,98	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	50.850.821,23
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.614.649.126,88	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.617.305.321,13
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2.302.706.946,25	Outros Pagamentos Extraorçamentários	2.404.051.154,67
<b>SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>1.394.702.049,83</b>	<b>SALDO EM ESPÉCIE P/ O EXERCÍCIO SEGUINTE</b>	<b>1.610.938.923,81</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	663.616.188,27	Caixa e Equivalentes de Caixa	637.171.429,79
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	731.085.861,56	Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	973.767.494,02
<b>TOTAL</b>	<b>16.241.052.514,36</b>	<b>TOTAL</b>	<b>16.241.052.514,36</b>

  
**Celina Ritt Blazinha**  
 AUDITOR DE CONTROLE INTERNO  
 CONTADOR - CRC/RS 060461/O

  
**Jorge Luis Tonetto**  
 SECRETÁRIO DA FAZENDA

  
**José Fortunati**  
 PREFEITO MUNICIPAL

# BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	Exercício Atual	Exercício Anterior	TÍTULOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>1.971.260.427,74</b>	<b>1.486.210.473,26</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>251.315.197,27</b>	<b>207.679.922,14</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	637.171.429,79	663.616.188,27	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	5.265.476,22	5.454.800,65
Créditos a Curto Prazo	338.443.794,44	73.876.289,21	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	51.458.031,72	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	973.767.494,02	731.085.861,56	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	46.810.890,79	35.362.906,12
Estoques	21.877.709,49	17.632.134,22	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	850.000,00	830.000,00
VPD Pagas Antecipadamente	-	-	Obrigações de Repartição a outros entes	-	-
			Provisões a Curto Prazo	-	-
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>2.880.086.973,48</b>	<b>3.750.113.068,58</b>	Demais Obrigações a Curto Prazo	146.930.798,54	166.032.215,37
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>	<b>417.059.594,60</b>	<b>1.608.152.711,84</b>	<b>PASSIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>1.896.483.209,26</b>	<b>1.615.250.518,22</b>
Créditos a Longo Prazo	417.059.594,60	1.608.152.711,84	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	1.030.598.285,62	916.135.357,38
Estoques	-	-	Fornecedores a Longo Prazo	-	-
VPD Pagas Antecipadamente	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	64.909.250,22	72.718.100,77
Investimentos	582.163.985,41	511.127.960,26	Provisões a Longo Prazo	760.574.590,08	580.165.807,75
Imobilizado	1.880.863.393,47	1.630.832.396,48	Demais Obrigações a Longo Prazo	40.401.083,34	46.231.252,32
Intangível	-	-	Resultado Diferido	-	-
Diferido	-	-	<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>2.147.798.406,53</b>	<b>1.822.930.440,36</b>
			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
			<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
			Patrimônio Social e Capital Social	-	-
			Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-
			Reservas de Capital	-	-
			Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
			Reservas de Lucros	-	-
			Demais Reservas	-	-
			<b>Resultados Acumulados</b>	<b>2.703.548.994,69</b>	<b>3.413.393.101,48</b>
			(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
			<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2.703.548.994,69</b>	<b>3.413.393.101,48</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.851.347.401,22</b>	<b>5.236.323.541,84</b>	<b>TOTAL</b>	<b>4.851.347.401,22</b>	<b>5.236.323.541,84</b>

## QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	Exercício Atual	Exercício Anterior	TÍTULOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>1.749.374.478,67</b>	<b>1.468.578.339,04</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>181.941.314,18</b>	<b>207.679.922,14</b>
			Restos a Pagar Exercício anteriores	6.269.202,81	94.904.424,61
			Restos a Pagar do Exercício	144.603.751,42	-
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>3.101.972.922,55</b>	<b>3.767.745.202,80</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>1.965.857.092,35</b>	<b>1.615.250.518,22</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>				<b>2.552.676.040,46</b>	<b>3.318.488.676,87</b>

## QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	Exerc. Atual	Exerc. Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exerc. Atual	Exerc. Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	-	-	Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	-	-
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	-	-
Outros Atos Potenciais do Ativo	-	-	Outros Atos Potenciais do Passivo	-	-

## Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro

Descrição	Superávit/Déficit Financeiro
Ordinária	249.788.234,54
Educação	18.750.116,85
Saúde	104.377.898,24
Previdência Social - RPPS	990.474.692,35
Previdência Social - RGPS	-
Seguridade social	18.552.385,81
Outras Destinações de Recursos	34.616.882,47
<b>Total</b>	<b>1.416.560.210,26</b>

\* Ver nota explicativa página 33.

  
**Celina Ritt Blazinha**  
 AUDITOR DE CONTROLE INTERNO  
 CONTADOR - CRC/RS 060461/O

  
**Jorge Luis Tonetto**  
 SECRETÁRIO DA FAZENDA

  
**José Fortunati**  
 PREFEITO MUNICIPAL



# DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	
TÍTULOS	Exercício Atual	TÍTULOS	Exercício Atual
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	<b>1.765.362.733,65</b>	<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>1.673.083.771,29</b>
Impostos	1.640.208.202,27	Remuneração de Pessoal	1.607.427.820,63
Taxas	125.154.531,38	Encargos Patronais	35.347.593,15
Contribuições de Melhoria	-	Benefícios a Pessoal	16.513.021,76
<b>Contribuições</b>	<b>223.190.657,35</b>	Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	13.795.335,75
Contribuições Sociais	176.788.210,82	<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>950.825.329,81</b>
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	Aposentadorias e Reformas	703.399.255,40
Contribuição de Iluminação Pública	46.402.446,53	Pensões	199.937.267,29
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	Benefícios de Prestação Continuada	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>599.131.665,26</b>	Benefícios Eventuais	10.923.832,22
Venda de Mercadorias	-	Políticas Públicas de Transferência de Renda	-
Venda de Produtos	-	Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	36.564.974,90
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	599.131.665,26	<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>1.479.253.881,50</b>
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>231.372.518,37</b>	Uso de Material de Consumo	144.184.307,37
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	Serviços	1.297.558.977,88
Juros e Encargos de Mora	31.542.598,11	Depreciação, Amortização e Exaustação	37.510.596,25
Variações Monetárias e Cambiais	14.661.924,77	Custo de Materiais, Serviços e Consumo de Capital Fixo	-
Descontos Financeiros Obtidos	98.617,52	<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>212.102.387,13</b>
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	185.069.377,97	Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	82.950.101,20
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras	-	Juros e Encargos de Mora	51.325,19
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>2.057.875.822,03</b>	Variações Monetárias e Cambiais	129.100.960,74
Transferências Intra Governamentais	-	Descontos Financeiros Concedidos	-
Transferências Inter Governamentais	1.790.569.382,41	Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	-
Transferências das Instituições Privadas	28.446.671,81	<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>336.424.908,45</b>
Transferências das Instituições Multigovernamentais	238.859.767,81	Transferências Intra Governamentais	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	Transferências Inter Governamentais	16.964.190,38
Transferências do Exterior	-	Transferências a Instituições Privadas	319.460.718,07
Execução Orçamentária Delegada	-	Transferências a Instituições Multigovernamentais	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	Transferências a Consórcios Públicos	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	Transferências ao Exterior	-
<b>Valorização e Ganhos com Ativos</b>	<b>1.246.334.532,88</b>	Execução Orçamentária Delegada a Entes	-
Reavaliação de Ativos	62.105.783,12	Outras Transferências e Delegações Concedidas	-
Ganhos com Alienação	1.115,23	<b>Desvalorização e Perdas de Ativos</b>	<b>529.027.320,89</b>
Ganhos com Incorporação de Ativos	1.141.933.395,83	Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas	64.875.969,69
Ganhos com Desincorporação de Passivos	42.294.238,70	Perdas com Alienação	291.386,73
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	Perdas Involuntárias	180.478,49
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>7.481.034.691,14</b>	Incorporação de Passivos	23.597.523,17
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	Desincorporação de Ativos	440.081.962,81
Resultado Positivo de Participações	-	<b>Tributárias</b>	<b>56.116.241,84</b>
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	7.387.169.678,50	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.728,90
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	93.865.012,64	Contribuições	56.114.512,94
		<b>Custo das Mercadorias e dos Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados</b>	-
		Custo das Mercadorias Vendidas	-
		Custo dos Produtos Vendidos	-
		Custo dos Serviços Prestados	-
		<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>8.881.038.567,71</b>
		Premiações	715.408,91
		Resultado Negativo de Participações	-
		Incentivos	-
		Subvenções Econômicas	-
		Participações e Contribuições	-
		VPD de Constituição de Provisões	8.861.132.262,80
		Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	19.190.896,00
<b>Total das Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>13.604.302.620,68</b>	<b>Total das Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>14.117.872.408,62</b>
<b>Resultado Patrimonial do Período</b>			<b>(513.569.787,94)</b>

  
**Celina Ritt Blazinha**  
 AUDITOR DE CONTROLE INTERNO  
 CONTADOR - CRC/RS 060461/O

  
**Jorge Luis Tonetto**  
 SECRETÁRIO DA FAZENDA

  
**José Fortunati**  
 PREFEITO MUNICIPAL


# DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

TÍTULOS	Exercício Atual
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I) = (IV-V)</b>	<b>471.501.414,83</b>
<b>Ingressos (IV)</b>	<b>14.460.309.468,00</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	<b>3.431.905.669,89</b>
Receita Tributária	1.765.362.733,65
Receita Contribuições	582.105.044,29
Receita Patrimonial	8.204.527,17
Receita Agropecuária	-
Receita Industrial	-
Receita de Serviços	589.956.812,79
Remuneração das Disponibilidades	185.066.928,05
Outras Receitas Derivadas e Originárias	301.209.623,94
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	<b>2.055.599.275,43</b>
<b>Intergovernamentais</b>	<b>1.788.178.061,38</b>
da União	896.596.657,77
dos Estados e Distrito Federal	891.581.403,61
dos Municípios	-
<b>Intragovernamentais</b>	<b>-</b>
<b>Outras Transferências Correntes Recebidas</b>	<b>267.421.214,05</b>
<b>Outros ingressos operacionais</b>	<b>-</b>
<b>Transferências Financeiras</b>	<b>2.055.448.449,55</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	1.447.531.891,30
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	1.809.286,85
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS	541.566.446,03
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RGPS	-
Outros Acréscimos	64.540.825,37
<b>Transferências Extra Orçamentária</b>	<b>6.917.356.073,13</b>
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.614.649.126,88
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2.302.706.946,25
<b>Desembolsos (V)</b>	<b>13.988.808.053,17</b>
<b>PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO</b>	<b>4.133.711.857,29</b>
Legislativa	136.781.848,45
Judiciária	30.043.001,93
Essencial à Justiça	-
Administração	304.405.942,62
Defesa Nacional	18.651,78
Segurança Pública	43.785.091,79
Relações Exteriores	1.135.717,76
Assistência Social	92.042.452,26
Previdência Social	322.104.748,99
Saúde	1.315.495.255,60
Trabalho	3.852.786,85
Educação	744.059.946,37
Cultura	37.296.958,59
Direitos da Cidadania	11.865.506,04
Urbanismo	85.681.403,31
Habitação	71.676.196,83
Saneamento	754.543.365,19
Gestão Ambiental	51.371.389,17
Ciência e Tecnologia	352.654,03
Agricultura	21.106,56
Organização Agrária	-
Indústria	-
Comércio e Serviços	27.492.938,25
Comunicações	-
Energia	-
Transporte	11.952.095,53
Desporto e Lazer	15.477.790,38
Encargos Especiais	72.255.009,01

TÍTULOS	Exercício Atual
<b>JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA</b>	<b>83.317.145,73</b>
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	61.333.307,72
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	6.949.837,89
Outros Encargos da Dívida	15.034.000,12
<b>TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>692.007.316,39</b>
<b>Intergovernamentais</b>	<b>5.507.340,39</b>
da União	3.997.741,76
dos Estados e Distrito Federal	1.509.598,63
dos Municípios	-
<b>Intragovernamentais</b>	<b>354.727.206,77</b>
<b>Outras Transferências</b>	<b>331.772.769,23</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS</b>	<b>2.058.415.257,96</b>
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	1.447.531.891,30
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	1.809.286,85
Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS	541.566.446,03
Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RGPS	-
Outros Decréscimos	67.507.633,78
<b>TRANSFERÊNCIAS EXTRA ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>7.021.356.475,80</b>
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.617.305.321,13
Outros Pagamentos Extraorçamentários	2.404.051.154,67
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II) = (VI-VII)</b>	<b>(305.151.295,57)</b>
<b>Ingressos (VI)</b>	<b>22.006.460,23</b>
Alienação de Bens	18.695.383,37
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	3.311.076,86
Outros Ingressos de Investimentos	-
<b>Desembolsos (VII)</b>	<b>327.157.755,80</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-
Outros Desembolsos de Investimentos	327.157.755,80
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III) = (VIII-IX)</b>	<b>49.886.754,72</b>
<b>Ingressos (VIII)</b>	<b>151.614.196,90</b>
Operações de Crédito	149.343.043,56
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-
Transferências de Capital Recebidas	2.271.153,34
Outros Ingressos de Financiamentos	-
<b>Desembolsos (IX)</b>	<b>101.727.442,18</b>
Amortização /Refinanciamento da dívida	4.892.716,73
Outros Desembolsos de Financiamentos	96.834.725,45
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)</b>	<b>216.236.873,98</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL</b>	<b>1.394.702.049,83</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>1.610.938.923,81</b>
<b>Variação de Caixa - Campo Geração Líquida de Caixa</b>	<b>-</b>

  
**Celina Ritt Blazinha**  
 AUDITOR DE CONTROLE INTERNO  
 CONTADOR - CRC/RS 060461/O

  
**Jorge Luis Tonetto**  
 SECRETÁRIO DA FAZENDA

  
**José Fortunati**  
 PREFEITO MUNICIPAL

## SIGLAS

**ASPS** - Ações e Serviços Públicos da Saúde

**IPCA** - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

**FPM** - Fundo de Participação dos Municípios

**Fundeb** - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

**ICMS** - Imposto sobre a Circulação de Mercadoria e Serviços

**IPTU** - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana

**IPVA** - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

**IRRF** - Imposto de Renda Retido na Fonte

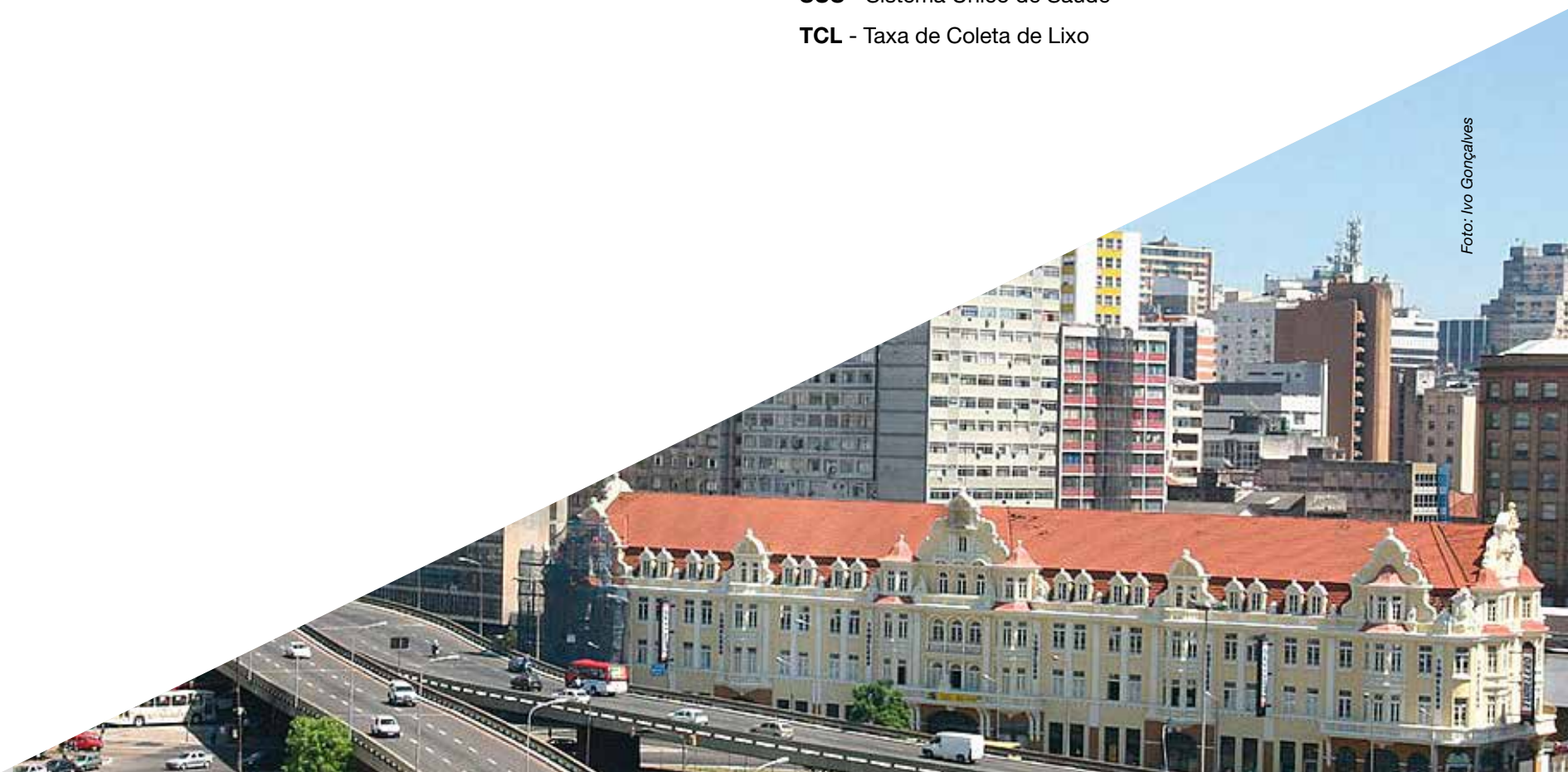
**ISSQN** - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

**ITBI** - Imposto sobre a transmissão inter vivos, por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos reais a eles relativos

**MDE** - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

**SUS** - Sistema Único de Saúde

**TCL** - Taxa de Coleta de Lixo



# CONCEITOS

**Ativo Financeiro:** Créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e valores numerários.

**Ativo Permanente:** Bens, créditos e valores cuja mobilização ou alienação depende de autorização legislativa.

**Balanço Público:** Demonstrativo contábil que apresenta, num dado momento, a situação orçamentária, financeira ou patrimonial de uma entidade pública.

**Despesa de Capital:** Tem por propósito formar e/ou adquirir bens de capital de modo a contribuir para o incremento da capacidade produtiva do governo. Desdobra-se em investimento, inversão financeira e transferência de capital.

**Despesa Corrente:** Destina-se a promover a execução e a manutenção da ação governamental. Desdobra-se em despesa de custeio e transferência corrente.

**Despesa Empenhada:** Valor do orçamento público formalmente reservado (pela emissão do empenho) para compromissos assumidos com terceiros.

**Despesa Liquidada:** É a verificação do direito adquirido pelo credor de receber o pagamento. É o segundo estágio da execução da despesa, precedido do empenho e antecessor do pagamento.

**Despesa Pública:** Gasto do Estado com vista ao atendimento das necessidades coletivas e ao cumprimento das responsabilidades institucionais.

**Dívida:** Compromisso financeiro assumido perante terceiro.

**Dívida Ativa:** Créditos a receber derivados do não pagamento, pelos contribuintes, de tributos ou créditos públicos assemelhados, após apuradas liquidez e certeza.

**Dívida Consolidada Líquida:** Corresponde aos saldos das dívidas de longo e de curto prazos, deduzidas as disponibilidades financeiras.

**Dívida Fundada:** Compromissos de exigibilidade superior a doze meses contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou financiamento e obras e serviços.

**Excesso de Arrecadação:** O saldo positivo das diferenças acumuladas, mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício, segundo a definição do art. 43, § 3º, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964.

**Operação de Crédito:** Obtenção de recursos mediante empréstimos pela administração pública.

**Orçamento Público:** Instrumento pelo qual o governo estima as

receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais, ensejando o objetivo estatal do bem comum.

**Passivo Financeiro:** Compreende os compromissos exigíveis cujo pagamento independe de autorização orçamentária.

**Passivo Permanente:** Compreende as dívidas fundadas e outras que dependem de autorização legislativa para amortização ou resgate.

**Receita Corrente:** Compreende operações de obtenção de recursos financeiros que se destinem, entre outras, às aplicações de manutenção e funcionamento das atividades meio e fim.

**Receita Corrente Líquida:** É o somatório das receitas tributárias municipais, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias e de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, exceto a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e as receitas provenientes da compensação financeira.

**Receita de Capital:** Compreende as receitas provenientes da conversão de bens e direitos em espécie, do recebimento de amortizações de empréstimos anteriormente concedidos e da contratação de empréstimos a longo prazo e outros.

**Restos a Pagar:** Despesas empenhadas, mas não pagas, até 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas (despesas empenhadas e liquidadas) das não processadas (despesas apenas empenhadas e aguardando a liquidação).

**Resultado Nominal:** Representa a diferença da dívida consolidada líquida até o exercício, em comparação ao ano anterior. Quanto maior for o valor negativo de resultado nominal, maior será a redução no estoque da dívida do município.

**Resultado Patrimonial:** É a diferença obtida entre o Ativo Real (Ativo Financeiro + Ativo Permanente) e o Passivo Real (Passivo Financeiro + Passivo Permanente).

**Resultado Primário:** Corresponde à diferença entre as receitas e as despesas não financeiras.

**Subvenção Social:** Recursos transferidos a instituições públicas ou privadas, de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa.

**Superávit orçamentário:** É a diferença entre a receita arrecadada e a despesa empenhada.

**Superávit Financeiro:** Diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais e as operações de créditos a eles vinculados.

# EXPEDIENTE

**Publicação Prefeitura Municipal de Porto Alegre**  
**Secretaria Municipal da Fazenda (SMF)**

**Foto de capa:** Ivo Gonçalves

**Conteúdo:** Controladoria-Geral do Município

**Edição:** Assessoria de Comunicação Social (SMF)

**Planejamento Gráfico e Editoração Eletrônica:** Centro

**Tiragem:** 200 exemplares

**Impressão:** Ideograf Gráfica e Editora



**PREFEITURA**  
**PORTO**  
**ALEGRE**